



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE HISTÓRIA**

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA, O CRIME DE DONÁRIA DOS ANJOS - 1877

GERTEMAN DE OLIVEIRA ALCÂNTARA

**CAJAZEIRAS - PB
2021**

GERTEMAN DE OLIVEIRA ALCÂNTARA

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA, O CRIME DE DONÁRIA DOS ANJOS – 1877

Monografia que será apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho.

CAJAZEIRAS- PB

2021

A355e Alcântara, Gerteman de Oliveira.
Entre a história e a memória, o crime de Donária dos Anjos - 1877 /
Gertemann de Oliveira Alcântara. - Cajazeiras, 2020.
60f. : il.
Bibliografia.

Orientadora: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2020.

1. Antropofagia. 2. Crime. 3. Seca. 4. Canibalismo. 5. Religiosidade.
6. Memória. 7. Cruz da Menina - Pombal - PB. 8. História. 9.
Investigação. 10. História - Patos - PB. 11. História - Paraíba. I. Silva
Filho, Osmar Luiz da. II. Universidade Federal de Campina Grande. III.
Centro de Formação de Professores. IV. Título.

BS/CFP/UFCG

CDU – 392.89.(091)(813.3)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

ALUNO
GETERMAN DE OLIVEIRA ALCÂNTARA

TÍTULO
Entre a História e a Memória: o crime de Donária dos Anjos, 1877.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Aprovada em: 14/10/2021 Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho (Orientador)

Prof^ª Dr^ª Janaína Valéria Pinto Camilo

Prof^ª Dr^ª Rosilene Alves de Melo

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, grande arquiteto do universo que me concedeu mais essa vitória, mesmo diante de todas as diversidades que a vida proporciona como distância, correria no trabalho e outras responsabilidades, sem dúvida sem o apoio do altíssimo nada é possível, devemos sempre dar graças pelas metas conquistadas, e dedico ao nosso senhor mais essa vitória.

A minha família, principalmente aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial e não me deixaram esmorecer diante das adversidades que a vida nos traz.

Aos meus colegas de curso que, durante esses cinco anos, fizemos juntos os trabalhos e tivemos momentos de descontração e altos papos e os assuntos eram dos mais variados. Sem dúvida a caminhada até aqui se tornou melhor com a ajuda de todos vocês.

A todos os professores do curso de história do CFP/UFCG pela grande contribuição acadêmica que me deram, profissionais altamente capacitados e comprometidos com a educação, o meu muito obrigado.

Ao meu orientador, o professor Osmar Luiz da Silva Filho, que aceitou o encargo de me orientar nesta pesquisa, pela fundamental ajuda, paciência, cordialidade, sem dúvida é um professor ímpar, comprometido com o magistério e com seus alunos, um exemplo de ser humano e profissional íntegro.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a analisar o canibalismo ocorrido na cidade de Pombal -PB no ano de 1877 quando a retirante Donária dos Anjos promoveu um ato de antropofagia não ritual sobre a menina Maria. Em torno desse ano, o Norte Agrário do Império do Brasil sofria uma implacável e causticante seca. Na Província da Paraíba do Norte o quadro humano, ecológico e econômico era desolador. As iniciativas pensadas para o “socorro público”, por sua vez, não foram suficientes para salvar do flagelo de grande parte das pessoas. A paisagem de campos e cidades é afetada drasticamente. Em sua especificidade o acontecimento que estudamos está vinculado em sua trajetória à formação social e histórica de um tempo que marcou, de maneira imediata e súbita, o destino de milhares de homens, mulheres e crianças com a sobrevivência de modo severo e violento, drástico em seu destino. Quando o historiador se encontra com a singularidade desses acontecimentos, sua investigação, apoiada no trabalho documental, transita entre a análise dos eventos e dos contextos, analisando e conjecturando. Em nossa investigação o fato que ocasionou, de forma trágica, a morte da menina Maria, ganhou um tratamento e uma interpretação. Ele transita da história para a memória, da memória por afecção, por sentimento - um *pathos* - para o tempo presente dos habitantes da cidade, acolhido na religiosidade popular, em uma esfera de santificação. Nosso percurso de investigação buscou analisar e compreender esse movimento de um crime entre a história e a memória, em torno do padecimento, morte e lembrança da menina Maria.

Palavras-chave: Antropofagia; Seca; Religiosidade; Memória; Cruz da Menina de Pombal

ABSTRACT

This research aimed to analyze the cannibalism that occurred in the city of Pombal - PB in 1877, when the migrant Donária dos Anjos promoted an act of non-ritual anthropophagy on the girl Maria. Around that year, the Agrarian North of the Brazilian Empire suffered an implacable and scorching drought. In the Province of Paraíba do Norte, the human, ecological and economic situation was bleak. The initiatives designed for “public aid”, in turn, were not enough to save a large part of the people from the scourge. The landscape of fields and cities is drastically affected. In its specificity, the event we studied is linked, in its trajectory to the social and historical formation of a time that marked, in an immediate and sudden way, the fate of thousands of men, women and children with a severe and violent, drastic survival at your destination. When the historian encounters the uniqueness of these events, his investigation, supported by documentary work, moves between the analysis of events and contexts, analyzing and conjecturing. In our investigation, the fact that caused, in a tragic way, the death of the girl Maria gained treatment and an interpretation. It moves from history to memory, from memory through affection, through feeling - a pathos - to the present time of the city's inhabitants, embraced in popular religiosity, in a sphere of sanctification. Our investigation path sought to analyze and understand this movement of a crime between history and memory, around the suffering, death and memory of the girl Maria.

Keywords: Anthropophagy; Dry; Religiousness; Memory; Cross of the Girl by Pombal.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 Câmara Municipal de Pombal - PB
- Figura 02 Reunião na Câmara Municipal de Pombal - PB
- Figura 03 Velho Cruzeiro erguido em frente à Igreja do Rosário em Pombal - PB
- Figura 04 Cadeia velha de Pombal - PB
- Figura 05 Praça da Cruz da menina de Pombal - PB
- Figura 06 Centro histórico de Pombal - PB
- Figura 07 Casarão localizado no centro de Pombal - PB
- Figura 08 Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pombal - PB
- Figura 09 Cruzeiro localizado em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pombal - PB
- Figura 10 Festa do Rosário em Pombal - PB
- Figura 11 Grupo folclórico os Congos dançando na calçada da igreja de Nossa Senhora do Rosário
- Figura 12 Monumento da cruz da menina em Pombal - PB

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Valores dos produtos mais procurados da época
Tabela 02	Evolução quanto ao aumento no número de crimes
Tabela 03	Quantitativo de mortes por Cólera Morbus em algumas cidades da província

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A PROVÍNCIA, A CIDADE E A SEGURANÇA PÚBLICA.....	15
1.1 A PROVÍNCIA, A SECA E A(S) CIDADE(S).....	21
1.2 O CRIME NO IMPÉRIO DO BRASIL: A CIDADE DIANTE DA LEI.....	25
1.3 NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, O HOMEM DIANTE DA MORTE ..	30
2. A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA EM TORNO DO CRIME	32
2.1 APRESENTANDO UM CONSTRUTO: A FORMULAÇÃO DE UMA HIPÓTESE HEURÍSTICA	33
2.2 A FORÇA DA MEMÓRIA SOCIAL NOS EVENTOS HISTÓRICOS.....	37
2.3 OS LUGARES DA MEMÓRIA.....	39
2.4 PARÂMETROS NORTEADORES ENTRE A SECA E A FOME	41
3. A CIDADE E SEUS HABITANTES: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA	44
3.1 NA CIDADE, OS LUGARES DA MEMÓRIA.....	48
3.2. A DEVOÇÃO POPULAR A UMA SANTA NA CIDADE DE POMBAL	51
3.3 OS ATOS DA HISTÓRIA E SUA METAMORFOSE PARA A MEMÓRIA	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	
ANEXO.....	

INTRODUÇÃO

Na cidade, um bárbaro crime.

Os historiadores da cidade e os urbanistas concordam em considerar que a formação da mesma contém sempre traçados que são decisivos para o que se pode afirmar como “espaço urbano”. São esses elementos, em um primeiro momento, um sítio geográfico que abriga locais de moradia, arruamentos, equipamentos administrativos, templos religiosos, praças, mercados, etc. Essa configuração a afasta de uma zona que não contém essas referências, que vem ser a zona rural, sendo o que distingue a cidade do campo.

Todavia, quando o historiador encontra a cidade ele sabe que nesses espaços encontra-se uma experiência temporal de homens e mulheres e muitos rastros dessa experiência. Em sua materialidade, vivências, sonhos, empreendimentos humanos, suor, esperança e lágrimas, quando considerando os eventos mais tristes.

Em sua especificidade, a construção da cidade Pombal – PB está associada, por séculos, a uma formação agrária do ponto de vista da produção econômica. Sendo assim, espaços urbanos como o desta cidade têm o desafio de transformar mais radicalmente suas condições de vida e suas potencialidades abraçando outras áreas de produção. Essa formação do município deve-se a um protagonismo que é preciso ressaltar, ainda que de maneira breve, para caracterizar sua paisagem urbana e humana.

A colonização da cidade de Pombal, na Paraíba, ocorreu às margens do Rio Piancó durante a penetração no sertão paraibano, ocorrendo por fins agrícolas e pastoris. Por volta de 1698, o bandeirante Teodósio de Oliveira Ledo, depois de muitos combates com os nativos, atingiu o local onde está o marco de fundação do Arraial de Piranhas, à margem direita do rio Piancó.

Em 1711, o Rei autoriza o Governador, João da Maia Gama, à criação do Julgado do Piancó (Pombal), o primeiro marco de organização judiciária no sertão da Paraíba. A partir de então, foi nomeado Juiz Ordinário, o coronel Manoel Araújo de Carvalho, além de Escrivão e Tabelião. No dia 24 de janeiro de 1721, teve início no Arraial, a construção da segunda igreja, dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira da cidade que, mais tarde, com a construção da nova igreja matriz, a igrejainha passaria a ser denominada igreja do Rosário, consagrada a Nossa Senhora do Rosário, onde nos dias atuais se consolidou como uma das mais tradicionais festas religiosas do alto sertão da Paraíba. Dessa maneira, Pombal tornou-se a

quarta cidade mais antiga do estado e primeiro núcleo de habitação do sertão paraibano. Foi fundada no fim do século XVII, sendo elevada a vila em 1766 e em 1862 elevou-se a cidade (SOUSA, 2006).

No último quartel do século XVIII, a Capitania da Parayba do Norte encontrava-se provida de 17 núcleos urbanos, todas providas de praças, ruas, igrejas, delegacias, casa de mercado, cadeias, cemitérios, escolas de instrução primária, câmaras municipais e demais construções da época.

Nos Oitocentos, uma rede de eventos absorve a cidade.

Segundo Sousa (2006), em 1711, o Arraial do Piancó é elevado à condição de Freguesia, unidade mínima da organização geopolítica do reino português que permitia uma limitada independência político-administrativa. Além da delimitação de área geopolítica, a medida permitiu que fossem nomeados Juiz Ordinário, Escrivão e Tabelião, escolhidos em Assembleia pelos “homens bons”, denominação dos membros da comunidade que tinham relevância social. Uma das primeiras medidas tomadas pela nova ordem foi a imposição de trabalho aos “vadios” e promoção de castigos aos “delinquentes”, que na prática significava uma forma velada de impor trabalho escravo e maus tratos aos indígenas que não permanecessem em suas aldeias. Neste mesmo ano chegam à localidade o Padre Antônio Saraiva da Silva e seus irmãos Inácio Saraiva de Araújo e João Saraiva da Silva.

O primeiro missionário da ordem de Santo Antônio, considerado o primeiro pároco do Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, atual Pombal/PB, com atuação durante o período de 1711 a 1718, vai ter uma importante participação em defesa dos índios Pegas, dos quais passa a ser catequizador (SOUSA, 2006),

No decorrer do século XVIII, de acordo com o autor, Pombal vem a adquirir o estatuto de Vila, como dito anteriormente. Foi por Carta Régia, de 22 de julho de 1766, elevada a essa categoria, com o nome de Pombal, homenagem ao Marquês de Pombal primeiro-ministro do rei de Portugal D. José I. Sua elevação oficial a essa categoria deu-se em 4 de maio de 1772.

Todavia, um fato de natureza climática veio a marcar a então região do Norte Agrário do Império do Brasil, uma das piores secas enfrentadas pela região: a “Grande seca” de 1877. Esta estiagem devastou o Norte do Brasil. Uma das províncias mais castigadas foi à Paraíba, estado em que a fome e a miséria se espalharam rapidamente e muitas pessoas morreram vítimas dessa seca. Além disso, a estiagem foi o palco de um trágico caso de antropofagia não ritual ocorrido no sertão da Paraíba, na cidade de Pombal.

Em 1877, a seca se expandiu sobre o Norte do Brasil matando muitas pessoas de fome e sede. Estima-se que mais de 300.000 (trezentas mil) pessoas morreram em decorrência da total falta de precipitações pluviais, prejudicando profundamente as famílias que viviam da agricultura de subsistência. Iniciou-se então uma verdadeira odisséia em direção à capital e aos grandes centros, as pessoas emigravam do sertão em busca de alimento e trabalho pleiteando uma melhoria em suas vidas. Muitos pais de família, famintos e desesperados para conseguirem suprir às necessidades básicas da sua prole, foram forçados a entrar no mundo do crime. Naquele momento, portanto, essa foi a única forma que eles encontraram para sobreviver. Nos anos que seguem, são inúmeros os relatos que narram às ações dos saqueadores e cangaceiros nas fazendas e pequenas cidades (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

A seca de 1877 castigou muitos sertanejos expulsando-os de sua terra e obrigando-os a procurar abrigo no litoral, lavras de retirantes arrastavam em longas caminhadas seus corpos esqueléticos e quase sem vidas. Em termos de intensidade, duração, extensão ou mortalidade, aquela longa estiagem não apresentou alterações em relação às demais secas. No entanto, contribuiu para mudar o imaginário da população urbana e principalmente das autoridades, pois foi a partir deste triste ano que a seca no Nordeste passou a ser vista como um fenômeno de caráter social.

Por outro lado, os acontecimentos registrados na história da cidade de Pombal - PB, durante aquele longo e doloroso período de estiagem, abalaram a população local e fizeram revelar em sua principal protagonista uma prática que a civilização há muito tenta esquecer: a antropofagia. Nesse ano a cidade de Pombal, no sertão paraibano, mal tinha se refeito dos efeitos do cólera morbus, quando sobreveio uma grande seca.

Durante a seca aqui relatada que entrou para a história como uma das mais devoradoras, registrou-se um caso de antropofagia na cidade conforme já mencionado antes: uma mulher matou uma criança e comeu-lhe a carne para não morrer de fome. Desse modo, os crimes cometidos em detrimento das misérias da seca não se limitavam a furtos e saques. Foi atribuído à seca, à fome incontável e impulso biológico este episódio com a menina de apenas seis anos de idade.

Já os fazendeiros, por sua vez, mesmo os que tinham condições de enfrentar a estiagem saíram de suas terras devido ao aumento da criminalidade, inclusive o caso de canibalismo se tornou assunto de polícia. Diante também das consequências da seca, as autoridades foram acionadas: padres, políticos e pessoas influentes, se uniram na tentativa de encontrar uma forma de amenizar o sofrimento das pessoas e, mesmo assim, a fome fazia vítimas a cada dia.

Os jornais, por sua vez, divulgavam semanalmente as penúrias da seca, lançando a

consternação no seio de todas as famílias e os criminosos e desordeiros roubavam o que ainda os restavam, a honra e a própria vida.

As sociedades modernas ocidentais cristãs aboliram completamente o canibalismo de suas culturas e, hoje, qualquer ato dessa natureza está fora do contexto social e é tratado como crime e pecado, passível de punição para aquele que o pratique (HOLBEIN; MUNSTER, 2009). Estas práticas antropofágicas são contrárias à fé cristã, sendo inconcebível a quaisquer pessoas que comunhem das doutrinas baseadas nos ensinamentos de Jesus Cristo, relegando a antropofagia às margens desse ensinamento, uma vez que o corpo é sagrado e não deve ser violado. O fato histórico descrito aqui é, até nos dias atuais, presente na memória coletiva de tão marcante, abrigado também na memória individual. Essa, por sua vez, não está inteiramente isolada e fechada.

Segundo os relatórios da província da Paraíba, seu presidente o senhor Ulysses Vianna, pediu ajuda ao império para suprir as necessidades do povo. O império enviava suprimentos, porém em quantidade insuficiente para suprir as carências da população. Vendo que a situação não fora sanada, Vianna mais uma vez pediu intervenção imperial para a evacuação dos retirantes sertanejos que invadiam a capital (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Ressalta-se que o suprimento da capital não dava conta para atender a imensa quantidade de pessoas ali presentes, pois não existia emprego, moradia e comida para o grande número de famintos. Até então, o estado, segundo os mesmos relatórios se destacavam perante os demais do império como tranquilo, em todas as épocas pelo seu conhecido espírito de ordem e respeito pelas leis e autoridades que representavam, mas essa paz é abalada pela estiagem violenta e o aumento dos impostos, gerando revolta da população e exigindo por parte do governo uma atitude que fosse eficaz. Assim, para manter a lei e a ordem foi destacada a guarda nacional para os diversos municípios dentre eles Pombal, com o intuito de restaurar a ordem pública.

Um evento que recebeu atenção no ano de 1877 foi a chegada a Pombal, fugindo da seca, da personagem central deste trabalho, Donária dos Anjos. Saindo de Piancó em direção a Pombal vem com esse objetivo: fugir da fome e miséria, não sabendo que iria entrar para a história de maneira assustadora e sua vítima seria acolhida pela memória social e religiosa da cidade de maneira sagrada como referência de santidade ao longo dos anos, vencedora no campo de disputas da memória histórica.

Para analisar o acontecimento principal que elegemos e, seu entorno, ressaltamos uma consideração teórica que vai ser imbricada a passos metodológicos: vamos beber da prática histotográfica daqueles historiadores que nos subsidiaram com os cânones estabelecidos por uma história-problema, uma história social e uma história indiciária. Esse trabalho objetiva analisar um acontecimento que perpassa a história e a memória.

1. A PROVÍNCIA, A CIDADE E A SEGURANÇA PÚBLICA

Em 1875 a então chamada Província da Parahyba do Norte registrava um cenário desolador sobre alguns indicadores do desenvolvimento da Província. Se considerarmos o relato de Presidente Ulysses Vianna, diante da situação de estiagem que começara a se implantar, vemos que o mesmo notifica o governo imperial acerca da necessidade urgente do envio de suprimentos para atender as demandas da população, uma vez que a Parahyba recebia essa ajuda de maneira insuficiente, tendo em mente o quadro de dificuldades que estava se instalando (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Dessa forma, Ulysses Vianna insiste no apoio e intervenção imperial para a evacuação dos retirantes sertanejos que invadiam a capital. Caberia nesse momento indagar: Quais seriam as consequências desse êxodo dos retirantes para a então chamada cidade da Parahyba do Norte e os demais núcleos urbanos? A resolução de suas necessidades alimentares afastaria qualquer outro perigo sobre as vilas e cidades e sobre a capital? Que cenário poderia ser instaurado diante da normalidade da ordem pública? A multidão na cidade seria uma real ameaça aos habitantes e sua segurança?

Assim, mesmo com a ajuda Imperial, o governo da província ressaltava que o suprimento da capital não dava conta para atender a imensa quantidade de pessoas ali presentes, pois não existia emprego, moradia e comida para o grande número de famintos (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

De acordo com o referido documento, o quantitativo da população, aferido por meio de recenseamento, anunciava um total de 175.074 (cento e setenta e cinco mil e setenta e quatro) homens e 200.467 (duzentos mil e quatrocentos e sessenta e sete) mulheres.

Para as ações despendidas e direcionadas a essa população no âmbito da segurança pública e da administração da justiça, a Província contava com a força pública do 14º Batalhão de Infantaria, piquete, Cavalaria e Corpo de Polícia. A administração da justiça, por sua vez, contava com 17 comarcas, 24 termos judiciários, destes com 21 juízes formados, com três suplentes. E para a cidade de Pombal foi nomeado o Juiz José Ferreira Nobre Formiga. Dessa maneira, as nomeações eram feitas de maneira constante, sendo todos os atos postos de forma pública pelos Relatórios da Província.

Por outro lado, a educação era outra pauta importantíssima na época, tendo como nomenclatura a instrução primária e secundária que era realizada nos Liceus, sendo composta pelas cadeiras de língua nacional, latim, sem contar as demais que já existiam na grade curricular, todas por força de leis provinciais. Havia também o entendimento de que a mulher,

se instruída, serviria melhor a família. Desse modo, muitas meninas foram enviadas aos colégios para terem uma formação mais completa, mas com finalidades distintas da educação apresentadas para os homens. Enquanto para os homens a escolarização intencionava a formação para o bom desempenho profissional, intelectual e remunerado, para as mulheres tinha por intuito formá-las para, de forma mais eficaz, cuidar dos costumes domésticos, nunca como trabalho remunerado (PARAHYBA DO NORTE, 1877; CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, 1877).

No final do século XIX, as filhas das famílias mais abastadas eram educadas por professores particulares. Tinham noções de leitura, cálculo e conheciam alguma língua estrangeira, comumente o francês. Mas sempre uma educação direcionada aos espaços domésticos.

O serviço do Correios público era outro serviço oferecido nas cidades da província se fazendo com regularidade, segundo os Relatórios. Estes recursos eram exíguos exigindo uma dedicação e empenho do administrador; as verbas eram destinadas para as cidades com intuito de manter vivo o serviço. Em Pombal, por exemplo, as conduções das malas eram feitas sobre as costas dos estafetas, se tornando impossível a todas as exigências da instituição, exigindo que devam ser em animais, como no sul. Nesse sentido, chamemos a atenção de que era por meio do serviço de Correios que funcionava o sistema de comunicação, o que facilitava o conhecimento pelo poder da Província de qualquer alteração (delitos, crimes, etc.) ocorrido nas vilas e cidades do interior.

Ao visualizarmos a receita da fazenda geral, nos exercícios de 1872 a 1875 encontramos de 1,453:391.835 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três contos, trezentos e noventa e um mil, oitocentos e trinta e cinco) reis; e a despesa de 1,709:545.600 (um mil, setecentos e nove contos, quinhentos e quarenta e cinco mil e seiscentos) reis; resultando em um déficit de 556: 153.774 (quinhentos e cinquenta e seis contos, cento e cinquenta e três mil e setecentos e setenta e quatro) reis, ou seja, a província da Parayba do Norte estava passando por uma crise fiscal. Pombal possuía uma coletoria responsável pela arrecadação dos impostos em nível local, sendo o senhor Antônio Trigueiro da Costa responsável pela coleta. Ademais, com os esforços em conter a grave crise econômica, esta, agravada pela forte estiagem ocasionada no período citado, ainda se faz fundamental o apoio logístico e financeiro por parte do governo imperial.

Na tentativa de solucionar esse déficit financeiro, o governo aumentou os impostos nos mais variados segmentos, o que acarretou, para o ano seguinte, um estado financeiro animador da província, chegando até a exaltar a figura do administrador responsável pelas receitas, afirmando que este, também é econômico. Os relatórios da Província da Parahyba do Norte

(1877) finalizam dizendo que contam com os meios precisos para o melhoramento da província e exalta os representantes afirmando que possuem apreço pelas causas públicas, assim como mostra a tabela abaixo:

Tabela 01: Valores dos produtos mais procurados da época

5% sobre o açúcar	53:669\$237	Contos de Reis
5% sobre o algodão	186:568\$261	Contos de Reis
5% sobre os couros	8:888\$820	Contos de Reis
5% diversos gêneros	2:848\$428	Contos de Reis
10% sobre a madeira	459\$900	Contos de Reis

Fonte: Relatório provincial da Parahyba do Norte (1872 a 1877).

Mesmo diante desse cenário econômico um pouco mais animador, ressalta-se que a Província da Parahyba do Norte tinha grandes desafios a enfrentar e sanar. Consideremos, a seguir, o cenário de dificuldades que apontava a ordem pública e, para captar essa compreensão, um panorama dos crimes ocorridos nesse período de 1872 a 1877. Registrando que foram catalogados dentre eles homicídios (tentativas); ferimentos graves (ditos leves); furto, roubo, tentativa de roubo, estelionato, ameaças e estupro, apontando para números alarmantes que organizamos a seguir:

Tabela 02 – Evolução quanto ao aumento no número de crimes

Homicídio:	1872 á 1873: 159 crimes	1873 á 1874: 132 crimes	1874 á 1875: 147	1875 á 1877: 152
Tentativa de Homicídio:	1872 á 1873: 84 crimes	1873 á 1874: 102	1874 á 1875: 105	1875 á 1877: 115
Furto:	1872 á 1873: 29 crimes	1873 á 1874: 37	1874 á 1875: 45	1875 á 1877: 82
Roubo:	1872 á 1873: 14	1873 á 1874: 21	1874 á 1875: 31	1875 á 1877: 47

Fonte: Relatório provincial da Parahyba do Norte (1872 a 1877).

Devemos considerar que esse quadro foi agravado pela devastadora seca que estava caminhando para o seu apogeu, no ano de 1877, ano do fatídico crime de canibalismo que ora investigamos; como se podem perceber as fontes são contundentes no que diz respeito à tragédia que se agravara, sabemos que não existe justificativa para o cometimento de crimes, mas uma sociedade que não possui o mínimo para sobreviver comete atos tidos muitas vezes como animais, como no caso do canibalismo que estamos retratando.

As delegacias estavam subdivididas em todas as regiões da província, sendo a da capital

a maior delas, e o restante, espalhadas para o interior. Em Pombal havia uma delegacia responsável pelas demais da região e o seu campo de atuação era imenso, no entanto, o efetivo policial era mínimo. Esta delegacia contava com a presença de apenas 1 oficial e 14 praças, sendo que os crimes naquele período estavam crescendo, tornando-se necessário a intervenção dos poderes constituídos para o reforço e alistamento de novos policiais, pois a ordem pública e a paz estavam ameaçadas.

Salienta-se que, dentre os diversos crimes ocorridos, alguns tiveram destaque a nível provincial, dentre eles o objeto deste estudo, (o canibalismo ocorrido em 1877). Nessa direção é que registramos um crime que abalou a cidade de Pombal em abril de 1877, onde o coletor de rendas provinciais, o senhor Leandro Francisco de Alencar e seu irmão Antônio Leandro assassinaram com um tiro e um golpe de faca a vítima identificada por Francisco Rodrigues dos Santos, dando-se como causa do acontecimento uma desavença entre eles. O delegado comparecendo imediatamente ao lugar do delito, pôde efetuar a prisão do primeiro dos criminosos, (Leandro Francisco de Alencar) e de um indivíduo de nome Raymundo José de Maria, que na ocasião se achava com uma faca. No dia seguinte, Antônio Leandro, apresentou-se ao Dr. Juiz Municipal do Termo, sendo recolhido à prisão. Resultou desse fato a instalação de um processo sobre os envolvidos nesse evento (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Outro assassinato foi destaque nos relatórios provinciais ocorrido mais uma vez na cidade de Pombal, desta vez em 31 de maio de 1877 na Rua Conde d'Eu, onde Satyro Jorge Holmes, Antônio Almanço Alvares, Antônio Carneiro de Albuquerque e Martiniano da Costa Monteiro, que a título de divertimento dirigiram-se a residência de Lourenço Carneiro e ali chegando propuseram insultos e violências a família, resultando como vítima fatal a menor chamada Alexandrina, filha de Lourenço. Ciente do ocorrido, as autoridades policiais compareceram imediatamente ao local do crime e prenderam os criminosos: Satyro Holmes, identificado como autor do assassinato e ferimentos contra a família da vítima, e seus três companheiros cúmplices, os quais foram processados. Esses dois casos de violência ganharam, inclusive, manchete no âmbito da Província, conforme notícia o Relatório do Presidente de Província (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Em se tratando dos espaços que abrigavam os habitantes, seu cotidiano de trabalho e seus problemas, a cidade de Pombal além de seus arruamentos e casario, incorporava equipamentos públicos relevantes se considerarmos a importância regional que a cidade abrigava. A Câmara Municipal, nesse tocante, pautava muitos dos problemas e soluções da cidade, sendo uma forte aliada no processamento dos problemas dos núcleos urbanos circunscritos do referido município. Uma amostra disso era a agenda que a Câmara Municipal

de Pombal dispunha para exame e deliberação, entendida como uma pauta de desafios para a gestão pública.

Figura 01: Câmara Municipal de Pombal - PB



Fonte: Sousa (2015)¹

Figura 02: Reunião na Câmara Municipal de Pombal - PB



Fonte: Sousa (2020)²

Na segunda metade do século XIX essa Câmara debatia a problemática das estiagens que eram frequentes, listando os problemas não só da zona urbana, mas também da rural, procurando desvendar suas nuances e resolver os anseios da população local. Os debates também se davam em torno do alistamento militar, algo obrigatório na época por força de lei. A ordem pública era outro tema que aparecia nas discussões, pois não se admitia uma sociedade onde não havia o pleno respeito da lei e da ordem, da maneira que podemos visualizar no texto abaixo:

¹ Disponível em: [Shttps://www.facebook.com/photo.php?fbid=745174522262264&set=pb.100003091695103.-2207520000..&type=3](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=745174522262264&set=pb.100003091695103.-2207520000..&type=3)

² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3336137836499240&set=pb.100003091695103.-2207520000..&type=3>

Aos vinte e oito dias do mês de Janeiro do ano do nosso senhor Jesus Cristo de Mil Oitocentos e Setenta e Seis, na ata da Câmara Municipal desta cidade de Pombal/PB; compareceram o Doutor Francisco Leal de Miranda, Juiz de Direito desta comarca e presidente da junta revisora, José Juviniam Delegado de Policia e Capitão Antônio Martins da Nobrega, presidente da Câmara Municipal, membro da junta revisora que tem por fim o alistamento na paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, achando-se presente o Promotor Público da Comarca o Doutor Luiz Fernando Campos, declarado aberto a sessão, todas as portas se acharam abertas, foi então que começou o alistamento de Gonçalves Rodrigues de Queiroga.

Aprovado pelo Decreto: 5821 de 27 de fevereiro de 1875, artigo: 35. O promotor público apresentou o relatório que é o seguinte: Ilustres senhores membros da junta revisora de alistamento militar, com fulcro o que preceitua o decreto acima mencionado dou prosseguimento aos trabalhos por objetivo do alistamento dos cidadãos aptos a servirem a armada nacional, com atuação nesta paróquia de Nossa senhora do Bom sucesso, em virtude de elevado índice de criminalidade (CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, 1875, p. 132).

Ata de instalação; Câmara do Senado de Pombal, Presidente: José Juviniam, ano: 1875, p. 132.

A cidade de Pombal era considerada posto avançado da região, local de resolução de inúmeros problemas, abrigando vários núcleos urbanos ao seu redor, mas nenhum deles com a mesma importância da primeira.

A respeito ao município de Pombal – PB, em se tratando do local e como questão central da pesquisa discutindo a temporalidade do último quartel do século XIX, é posicionada como um centro urbano maior quando comparado às áreas urbanas limítrofes. Além disso, a cidade acolhia habitantes que fugiam de pequenas localidades e vislumbravam oportunidades de sobrevivência e aquisição de alguma renda para obter melhores condições de vida. Fenômenos climáticos como a seca de 1877 e seus efeitos devastadores promoveram, de maneira acentuada, a migração de muitos sertanejos da Província da Parahyba do Norte.

Muitas biografias de homens e mulheres do sertão, apresentaram, por esse tempo, um protagonismo de desolação e sofrimento. Donária dos Anjos, autora do crime que está em foco nesse trabalho, foi um desses atores sociais. Saindo de Piancó em direção a Pombal, veio com o objetivo de fugir da fome e da miséria, não sabendo que iria entrar para a história de maneira assustadora, uma vez que a natureza do crime que veio a cometer na cidade - morte seguida de canibalismo - de uma criança de seis anos de idade permanece viva na mente da sociedade até os dias atuais.

1.1 A PROVÍNCIA, A SECA E A(S) CIDADE(S)

A Província da Parahyba do Norte já enfrentava as terríveis consequências da forte estiagem que assolava toda a região norte do Império do Brasil. A fome e a miséria da população aumentavam a passos largos no ano de 1877, bem como pelos anos subsequentes. Segundo os relatórios de presidente de província, a terrível seca foi capaz até de adiar as eleições em seu interior, tamanha era a urgência em socorrer as vítimas, deixando as questões eleitorais em segundo plano, para quando a normalidade e estabilidade social estivessem restauradas.

Já em 1878, o então presidente em exercício da Província da Parahyba, o senhor Dr José Paulino de Figueiredo, apresentava o quadro concreto da devastadora estiagem. Em decorrência desse fato, por sua iniciativa, foi estabelecido um depósito de gêneros alimentícios na cidade de Pombal, ponto central das comarcas do alto sertão. Pensou-se com isso que haveria de se lutar, diante do quadro de grave estiagem, com grandes dificuldades de transporte dos gêneros destinados a população desvalida d'aquela parte da Província.

Dessa maneira, apoiando-se nos termos do Decreto nº 2884, de 01 de fevereiro de 1862, foram destinadas a essa ação emergencial 148:000\$000 (cento e quarenta e oito contos de reis), tendo em vista que crescia o número de emigrantes socorridos, sendo enviada uma recomendação às comissões distribuidoras de socorros públicos a utilização de mais recursos a serem empregados em feitura de açudes, concerto de estradas e construção de cadeias; Pombal recebeu a quantia de 2:000\$000 (dois contos de Reis); para Sousa a quantia de 3:000\$000 (três contos de reis) para os socorros públicos.

A ajuda do governo imperial era indispensável no início da seca e foram enviados gêneros alimentícios para as cidades atingidas pela forte estiagem e fome. Decorre disso que houve um prolongamento dessa estiagem, uma vez que as chuvas não retornavam. O agravamento do quadro levou o presidente de Província a designar a cidade de Campina Grande como outro ponto de recepção e distribuição desses socorros para depósito dos tão necessários gêneros alimentícios, que deveriam ser distribuídos pelas diferentes comarcas e termos.

Pombal seria o ponto de apoio para a comarca do mesmo nome, e as cidades de Cajazeiras, Sousa e Piancó. Campina Grande, por sua vez, deveria ser um esteio para a comarca de mesmo nome, acrescido o apoio as de Patos, São João e Alagoa do Monteiro. Em cada uma destas, as autoridades da província nomearam uma comissão composta por um Juiz de Direito, do vigário da freguesia e do coletor das rendas gerais, encarregando-lhes da distribuição dos gêneros pelos indigentes das respectivas localidades, ao tempo em que foi nomeada na capital uma comissão composta pelo chefe de polícia e inspetores da fazenda estadual com o intuito de

fiscalizar e acompanhar a atuação das comissões nas cidades do interior assoladas pela tragédia social.

Figura 03: Velho Cruzeiro erguido em frente à Igreja do Rosário em Pombal - PB



Fonte: Sousa (2013).³

A imagem acima traz o velho Cruzeiro erguido em frente à Igreja do Rosário para registrar a passagem do século dezoito para o século dezenove. A coluna da Hora, construída em 1940 pelo prefeito Sá Cavalcanti. À direita, o sobrado de Joaquim Assis, à esquerda, o sobrado de Dona Jardelina conhecida como dona Jarda, que depois de residência, foi ali instalado em 1954 o Ginásio Diocesano, mais tarde, funcionou a Prefeitura Municipal, tempos depois foi um Bar, conhecido como Bar Morcego, demolido, hoje é uma construção comercial e residencial. Observa-se Pombal sem calçamentos.

Ainda se tratando aos assuntos que dizem respeito à cidade, a ajuda não podia cessar e a todo instante eram feitas ações com o intuito de arrecadar donativos e enviar para os locais necessitados, e para onde mais fosse preciso a ajuda. Para o alto sertão foram enviados os

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=466953520084367&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

socorros através da cidade de Mossoró, da Província do Rio Grande do Norte, sob os cuidados do agente fiscal daquela localidade, o senhor Francisco Tertuliano de Albuquerque, que segundo os documentos e fontes oficiais se mostrava solícito e zeloso em fazer chegar aos seus destinos os referidos donativos (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

No entanto, o prolongamento e agravamento da seca, gerou uma aflitiva situação aos desvalidos naquelas paisagens desoladas, gerando a emigração de grande parte deles para os Brejos e outros lugares, em demanda de socorros, sendo necessário enviar para estes lugares para ajuda e nomear comissões para distribuir os alimentos para aquela população superabundante e faminta.

Assim, no intuito de prevenir distúrbios e possíveis crimes, que a aglomeração de tanta gente poderia ocasionar, e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação dos dispêndios públicos, as autoridades recomendaram a todas as comissões encarregadas da ajuda aos necessitados que empregassem a população em trabalhos públicos, como construção de açudes, cadeias, etc. Aliás, foi recomendando para buscarem o litoral e proximidades da capital da província, onde achariam, por seu trabalho, meios de subsistência, ou receberiam mais facilmente os socorros por parte do governo imperial, até que se modificasse aquela situação terrível, sanada, certamente com o aparecimento das chuvas.

A grande seca era sentida de maneira intensa também nos estados vizinhos a província da Parahyba Do Norte. Para agravar o quadro de tragédia, um surto de varíola dizima milhares de pessoas e esta seca em sua severidade impôs um movimento de êxodo em território brasileiro ao povo do norte agrário imperial.

As mudanças climáticas no Brasil são diferentes nas diversas regiões. Em se tratando da parte norte do Império da província, causavam secas terríveis. O ano de 1877, todavia, iria entrar para a história como a mais devastadora seca já registrada. A população de certo modo foi pega de surpresa, já que a última grande seca ocorrida havia sido há mais de 30 anos, entre 1844 e 1845.

As cidades da província da Parahyba do Norte não diferente das demais, passavam pela mesma situação vulnerável, em especial as do sertão, onde a estiagem e fome eram mais intensas. Algumas cidades da região se destacavam nesse período por serem mais desenvolvidas e terem um núcleo urbano mais intenso, dentre elas destaca-se: Catolé do Rocha, que faz fronteira com a vizinha província do Rio Grande do Norte, onde mais tarde haveria um entreposto de ajuda aos famintos saindo de Mossoró; Cajazeiras era outra cidade importante por ser um núcleo urbano mais intenso da região; em seguida podemos destacar Pombal, local onde havia maior desenvolvimento em comparação a todas do ponto de vista administrativo,

educacional, político e jurídico, sendo um fator de esperança para inúmeras pessoas da região que buscavam fugir dessa terrível seca e suas consequências; por último podemos destacar Sousa, que vinha de ascensão urbana e rural, a uma distância de 50 km de Pombal.

Mesmo com essas cidades tendo o mínimo de condições de subsistência para se manterem, pouco puderam fazer para combater a forte estiagem que se alongava sem dar sinais de trégua. Na seca de 1877, até as famílias abastadas partiram em busca de refúgio junto a parentes que habitavam as serras e o litoral. Os adultos iam montados nos cavalos seguidos pelos carros e bois cheios de mulheres, crianças e bagagens, tendo na retaguarda os vaqueiros e os ajudantes conduzindo o que restara do gado. Os pobres seguiam a pé, na poeira das estradas, os adultos levando as crianças menores, puxando o que restava do rebanho de cabras ou vacas, o cachorro de estimação atrás.

Esses eram chamados de retirantes ou flagelados que eram perseguidos e expulsos quando estacionavam nas vizinhanças de um povoado. Diante de tais fatos, nos deparamos com um imaginário desolador, onde milhares de famílias sem condições mínimas de sobrevivência saíam de seus lugares de origem para tentar sobreviver diante do que muitos acreditavam ser um castigo divino. Os moradores temiam os saques nos comércios e armazéns, como rotineiramente acontecia. A economia provincial, já abalada pela crise do algodão, quase acabara de vez. Escravos são vendidos para o sudeste; os rebanhos, salvo algumas cabeças conduzidas pelos retirantes, eram dizimados pela ação das zoonoses, furtos, extravios, fome e sede. A flora e fauna praticamente desaparecem; as lavouras apresentavam-se exterminadas. Para agravar o quadro de tragédia, um surto de varíola dizima milhares de pessoas. Mulheres se prostituem em troca de comida, multiplicam-se os casos de roubo, furto e estupro.

As cidades acima descritas, assim como Pombal, triplicou sua população, tamanha era a tragédia humanitária. A História nos traz um imaginário de como teria sido essa cena, Pombal possuía um núcleo urbano considerado intenso para a época e os moradores, de repente, se deparam com inúmeros retirantes chegando à cidade vindos, a maioria, da cidade de Piancó e adjacências com a esperança encontrar o mínimo para sobreviver.

Acresce a isso a imagem desses sertanejos com suas roupas sujas e rasgadas devido à viagem sem nenhum conforto, com olhar triste, famintos, boa parte destes até doentes, não tinham rumo certo, apenas sua fé e esperança em dias melhores. Devemos destacar que as condições naquela época para deslocamento eram completamente diferentes dos dias atuais, pois para a maioria das famílias era inviável fugir para o litoral e capital da província, sendo por falta de condições ou por não suportar a longa viagem ocorrida, muitas vezes, a pé ou em cima de cavalos e/ou jumentos.

Não era surpreendente que naquele cáustico cenário de estiagem pessoas se dirigissem à cidade, mas, ao final daquela manhã de março, podia-se ver um grupo estimado de 15 retirantes se aproximarem da cidade. Quem olhava do casario da urbe visualizava, primeiramente, um espectro de pessoas em estado de miséria, com roupas esfarrapadas e pele maltratada, com ímpeto de chegada a um ambiente que os acolhesse. Quando chegaram a menos de 100 metros notou-se que tinham queixos cerrados, feridas na pele, olhar disperso, apresentando um forte sofrimento de corpo e alma. Eles vinham da direção do Piancó, que distava aproximadamente 80 km de Pombal e chegavam sem energia alguma, desconsolados, famintos, com o pavor estampado em suas órbitas oculares. Com esse grupo chegava a Pombal Donária dos Anjos, que haverá de tecer um protagonismo sórdido diante de uma vítima totalmente indefesa.

Como muitos Donária dos Anjos tentou fugir da fome estabelecendo-se em terras Pombalenses. Ela construiu uma casa improvisada as margens de um córrego seco e de um cemitério, distante um pouco das principais ruas da cidade. Numa certa manhã de abril ela caminha em direção à rua do mercado, deparando-se com uma criança que se encontrava só e que tinha apenas seis anos de idade, a levou ao seu casebre e, desse modo, consumou um dos piores gestos humanos: matar uma pessoa. De maneira infame e desumana, cometeu o ato de morte e esquartejamento da criança, seguido de um ato de canibalismo onde, segundo a mesma, teria sido para matar a sua fome, que já não suportava diante de tantos dias faminta.

Os moradores da cidade ficaram perplexos com esse crime, diante de tamanha crueldade e pelos motivos explanados, uma criança sendo vítima de tamanha atrocidade, algo que gerou repercussão a nível provincial. Tal evento não se constituiu apenas em um crime, mas uma barbárie, um ato destituído de qualquer humanidade, um crime que pedia justiça imediata e uma interpretação e justificativa de sua causa. Esse crime, todavia, envolvia um recurso à Justiça do Império, sua interpretação jurídica e punição do ato. Isso aconteceu nos tempos do Imperador.

1.2 O CRIME NO IMPÉRIO DO BRASIL: A CIDADE DIANTE DA LEI

O Código Criminal do Império era a legislação que vigorava na época do fatídico crime ocorrido em Pombal no ano de 1877. Para entender seu contexto e como ele foi aplicado ao caso concreto no objeto de estudo deste trabalho vemos por bem fazer um breve relato de como foi concebida e aplicada à referida lei. Vale ressaltar que a carta punitiva, encerrada no Código, passou por reformas e adaptações durante sua vigência.

A legislação sobre crimes no Brasil reporta-se ao início do século XVII quando o Brasil

ainda era dependente de Portugal. Essa legislação ancorava-se nas Ordenações Filipinas em que as punições eram extremamente severas, inclusive com punições cruéis. Séculos depois, no ano de 1822, com a Independência do Brasil, houve a outorga da Constituição Brasileira de 1824 e começaram a serem construídos os primeiros códigos jurídicos brasileiros.

No ano de 1830 foi promulgado o Código Criminal que avançou em relação às leis Filipinas no que diz respeito à integridade física para os homens livres, com a inviolabilidade dos direitos civis e igualdade jurídica, porém mantendo os castigos corporais para escravos. O Art. 60 do documento determinava que, se o réu for escravo e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado por açoutes, e depois de sofrê-los será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazer com um ferro, pelo tempo e maneira que o Juiz designar. Corroborando com o Art. 1º ao determinar que, ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais legislação em vigor para outros delinquentes.

A diferença de castigo entre livres e escravos residia no fato de que a prisão do escravo reverteria em prejuízo financeiro para seu proprietário, enquanto o castigo corporal permitia o retorno do escravo ao trabalho de forma mais rápida do que ocorreria em caso de prisão (BRASIL, 1830).

O Código Criminal do Império passou por uma reforma em 1841, a qual ocorreu na conjuntura política denominada “reação conservadora”, tendo por finalidade rever a ordem jurídica extremamente liberal instituída no período da Regência. Nesse período de instabilidade política e social, decorrente da abdicação de Dom Pedro I e de diversas revoltas por toda a nação, cujo objetivo era se separar do império, a referida legislação tinha também por objetivo trazer paz e ordem social.

A referida reforma também visava modificar as atribuições do juiz de paz, que até então concentrava a autoridade de justiça e de polícia; a partir desta, boa parte das suas atribuições foram transferidas para os chefes de polícia e seus delegados que adquiriram o direito de investigar, expedir mandatos de prisão, estipular fianças e até julgar casos menores como as infrações às posturas municipais. Isso redefiniu a hierarquia para o exercício da polícia administrativa e do Judiciário, concentrando o aparato repressivo nas mãos do ministro da Justiça, que se tornou o centro de toda a administração policial do Império, nomeando funcionários policiais e todos os juizes, com exceção do juiz de paz.

Ademais, o Código Criminal possuía quatro partes: dos crimes e das penas; dos crimes públicos, dos crimes particulares e dos crimes policiais, sendo composta cada uma por títulos, capítulos e seções. O documento determinava que nenhum crime fosse punido com penas que não estivessem estabelecidas nas leis conforme a gradação de máximo, médio e mínimo, em

razão das possíveis atenuantes ou agravantes.

Dessa maneira, foram definidos como criminosos aqueles que cometiam, constrangiam ou mandavam alguém cometer crimes. Não haveria crime ou delito, palavras sinônimas no referido código, sem uma lei anterior que o qualificasse. Os menores de quatorze anos foram isentos de responsabilidade penal, mas se ficasse provado que haviam cometido crime ou delito, agindo com discernimento, seriam encerrados nas casas de correção, sendo que o período de reclusão não poderia ser estendido após o réu completar dezessete anos.

A legislação criminal adotada no Império significou uma independência em relação às penalidades suplicantes da codificação portuguesa por destacar a aplicação da pena de privação da liberdade. As punições do Antigo Regime eram severas e recaíam sobre o corpo do condenado. Nos casos da aplicação da pena de morte podia ocorrer uma combinação de suplícios, além do esquartejamento antes ou depois da morte, de acordo com a condição do criminoso e o tipo de crime.

Além disso, a aplicação rígida da pena de prisão, a partir do século XIX, foi uma iniciativa das ideias iluministas em detrimento do caráter igualitário da penalidade de obter mesmo que de maneira temporária, um direito comum, a liberdade de todos os que haviam sido elevados à categoria de cidadãos.

Quanto à “aplicabilidade” o crime estaria enquadrado nos quatro títulos da parte segunda do Código de 1830 que tratou dos crimes públicos contra a existência política do Império, o exercício dos poderes políticos, o livre gozo dos direitos políticos dos cidadãos e a segurança interna. Nesses casos, a pena de prisão simples impunha aos réus, a reclusão nas prisões públicas pelo tempo marcado nas sentenças, mas podia ser acrescida da obrigação do trabalho quando os condenados eram obrigados a se ocuparem diariamente do que lhes fossem destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças e dos regulamentos policiais do local.

O crime que estamos elegendo para análise, objeto desta pesquisa, ocorreu no dia 27 de março de 1877 e indignou a população de Pombal, sendo inclusive notícia nos principais jornais da época. Noticiava-se que a retirante Donária dos Anjos encontrou na casa do mercado da cidade de Pombal a menor Maria, de seis anos de idade, levando-a com o maior carinho para sua casa, próxima ao cemitério. “Ali chegando, decapitou a mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo” (SOUSA, 2016, on-line).

O promotor público e o delegado de polícia da cidade de Pombal, abriram rigoroso inquérito a fim de apurar a responsabilidade do ato criminal e de pura selvageria. Logo, neste caso de Donária dos Anjos como deveria ser aplicada a pena, se considerados os ditames

estabelecidos pelo Código Criminal do Império?

A pena de prisão simples impunha, segundo o Código Criminal (1830), aos réus “a reclusão nas prisões públicas pelo tempo marcado nas sentenças” Art. 47, mas podia ser acrescida da obrigação do trabalho, quando os condenados eram obrigados a se ocuparem diariamente do “que lhes for destinado dentro do recinto das prisões na conformidade das sentenças e dos regulamentos policiais das mesmas prisões” Art. 46 (BRASIL, 1830).

No entanto, o texto do Código de 1830 não indicou a forma como o trabalho prisional devia ser organizado. Essa tarefa ficou a cargo das assembleias legislativas provinciais que deveriam construir, conforme o Art.10 do Ato Adicional de 1834, as instituições destinadas para esse fim, isto é, as “casas de prisão, trabalho e correção”, bem como legislar sobre seu regime. No município neutro, a capital do Império, a partir de 1850 passou a existir a Casa de Correção, diretamente subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Enquanto a pena de prisão com trabalho não pudesse ser cumprida, o próprio texto do código prescreveu sua comutação pela de prisão simples. Nos casos em que esse recurso for aplicado, o período da pena de prisão devia ser acrescido do tempo correspondente à sexta parte do estipulado para o cumprimento da pena de prisão com Art. 49. Para o cumprimento dessas penalidades, as prisões do Império deveriam ser “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme as circunstâncias e natureza dos seus crimes” (Código Criminal do Império do Brasil, art. 49 e ss).

O Código de 1830 adotou o conceito de culpabilidade, que passava a ser centrado no ato criminoso e não na pessoa do infrator, com a punição proporcional ao delito cometido. De acordo com a orientação do direito clássico, a Constituição de 1824 aboliu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis, também eliminou as mutilações e os castigos corporais, mas mantiveram as penas de açoites, aplicada exclusivamente aos escravos, as de morte e de galés.

O promotor público da Comarca de Pombal, usando da faculdade que lhe conferia a lei denunciou Donária dos Anjos pelo “bárbaro crime”, segundo o livro do historiador Verneck Abrantes, este retrata que:

Chegando a denunciada, com sua vítima, em seu antro, matou-a por meio de sufocação, decepou sua cabeça, reduziu o corpo a diversos pedaços de carne, cozinhou parte destes, que comeu, guardou outros em uma moita de onde foram devorados pelos cães, e num riacho que passa a pouca distância do Cemitério, enterrou, à sombra de uma oiticica, a cabeça de sua desditosa vítima, que foi exumada (SOUSA, 2006, p. 10).

Formulada a denúncia, o representante do Ministério Público encaminhou os autos ao juiz de direito da Comarca, Dr. Antônio Muniz Sodré de Aragão. Este, cumprindo as determinações do Código Criminal em vigor na época, procedeu ao interrogatório da acusada. Donária dos Anjos, após isso, foi recolhida à histórica Cadeia de Pombal, onde cumpriu sua pena por longos anos, marcada para sempre na história. No entanto, esse crime à luz do Código Civil vigente na época e pela vítima ser uma criança, deveria enquadrar a ré em pena que deveria ser a pena de morte pelo imaginário e a situação em que ocorreu o fato (SOUSA, 2006, p. 11).

Portanto, podemos crer que as autoridades da época decidiram por bem não condenar Donária dos Anjos – autora do crime - a morte, acreditando que a mesma cometeu esse ato bizarro sobre forte estado de loucura associada a sua miserabilidade e fome extrema. A única explicação plausível pelo menos, a nosso ver, seria essa, para a ré Donária dos Anjos não ter cumprido a pena capital por seu delito. Ou por que razão Donária não pegou a pena mais grave? Houvera uma intervenção do “direito costumeiro” diante do Direito Positivo. Poderíamos especular a razão de ser de tal decisão?

O que sabemos é que Donária dos Anjos, debilitada e com sintomas de loucura devido às consequências dos infelizes anos de fome que a afligiu, passou a viver emocionalmente perturbada pelo remorso do horrendo crime que praticou. Depois, com o tempo, foi solta, momento em que retornou ao município da sua terra natal, aonde naturalmente veio a falecer, marcada pelo resto da vida pela barbárie cometida. Sabe-se, também, que a autora do crime não passou muitos anos na cadeia.

Haveria influências sobre os habitantes de algum fato de mentalidade que tivesse “suavizado” as decisões de autoria sobre o esquartejamento e morte de uma criança para a punição mais branda? O que se passou e se passava sobre os pombalenses que viveram esse tempo social e esses padrões mentais que julgaram eventos de tal natureza, colocando em suspenso os ritmos de civilização já absorvidos pelas coletividades ocidentais do século XIX?

1.3 NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, O HOMEM DIANTE DA MORTE

Em torno de 20 anos antes de ocorrido esse fato, a Província da Parayba do Norte vivenciou grandes eventos em torno da morte. Foram epidemias de varíola e, principalmente da terrível cólera morbus, que ceifaram a vida de mais de 20.000 pessoas. Vamos suscitar esses eventos que caucionam o tema da morte em toda uma coletividade.

Em 1856, mal havia acabado uma epidemia de varíola, que se difundiu pelo interior da Província e de outra da febre amarela que atacou a população da capital, viu-se a Parayba do Norte atingida pela epidemia da cólera morbus que se espalhou pelas províncias nordestinas. A epidemia chegou à Parayba, vinda do Pernambuco, através de Monteiro, em finais de dezembro de 1855. Em fevereiro do ano seguinte, já havia atingido toda a Província. Em sua trajetória, a peste asiática ceifou muitas vidas e de início, fez umas 80 vítimas na povoação de Monteiro. Em fins desse mês de fevereiro, alastrou-se com maior violência, pelo litoral e pelo Brejo. O Brejo, sobretudo, transformou-se em campo aberto à invasão destruidora, que foi deixando, em sua passagem, vilas e povoações quase reduzidas a necrópoles abandonadas (SILVA; MARIANO, 2016).

No Seridó paraibano, a epidemia também fez muitas vítimas. Durante aquele flagelo, a Paraíba, que possuía uma população orçada em 300.000 habitantes, sofreu com números alarmantes, chegando a 25.400 mortos. Na freguesia de Cuité o número de mortos chegou a 271, para uma população calculada em pouco mais de 6000 pessoas (SILVA; MARIANO, 2016).

Já na cidade de Areia, no Brejo Paraibano, conforme os autores supracitados, foi improvisado um cemitério para onde os defuntos, eram carregados em redes ou padiolas, depositados uns sobre os outros na área do improvisado cemitério, enquanto os coveiros abriam valas para sepultá-los. Acontece que do amontoado de cadáveres alguns chegaram a levantarem-se, assombrados consigo mesmo e assombrando ainda mais os coveiros com súplicas cavernosas, que não estavam realmente mortos quando foram levados pelos carregadores, na pressa que se dava em enterrar os coléricos.

A peste chegara a capital da província que na época se chamava cidade da Paraíba, levando um rastro de morte, só não foi pior devido a melhores condições de saúde pública e sanitária que estavam disponíveis, mas o interior onde a realidade é outra, a referida mazela social se destacou violentamente; havendo um salto gigantesco no número de vítimas, o que pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 03 - Quantitativo de mortes por Cólera Morbus em algumas cidades da província

Campina Grande	Monteiro	Pilar
3.102 vítimas	80 vítimas	1.012 vítimas

Fonte: Departamento de História da UFPB (2010).

Foram 2.308 as vítimas da cólera morbus em Areia, segundo registros oficiais. Após sofrer os efeitos da doença, o Seridó paraibano foi assolado pela fome que campeava por toda a região devastada. A seca prolongou-se até 1857. Assim, em auxílio aos flagelados, o governo provincial remeteu para distribuição, alguns donativos e esmolas públicas.

Em dezembro de 1861, ressurgiu no Pernambuco o mal do Ganges que ficou conhecido como ‘o segundo cólera’. Em janeiro de 1862 já havia atingido o Seridó paraibano. Entretanto, não foi tão mortífero quanto o primeiro 1855-1856, graças às providências adotadas e difundidas na Província (SILVA; MARIANO, 2016).

Segundo relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província, Dr. Francisco de Araújo Lima, o obituário causado pelo ‘segundo cólera’ na Paraíba totalizou 3.323 mortos. O que é certo, é que famílias inteiras sucumbiram, deixando um rastro de destruição em nossa História.

Dito isso perguntamos: esses eventos de morte teriam impacto no pensamento social sobre fatos dessa natureza? Fica aqui uma compreensão de que, associada à dura realidade da seca de 1877, a crise sanitária dos anos anteriores suavizou os julgamentos de uma população sobre as causas e rigor das penalidades sobre a morte de pessoas. O que veremos no capítulo a seguir requer uma aproximação mais apurada do evento que queremos analisar e compreender.

2. A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA EM TORNO DO CRIME

O evento que estamos analisando nesta investigação histórica como trabalho de conclusão de curso ganhou o seguinte conteúdo em forma de relato: o promotor público da Comarca de Pombal, usando da faculdade que lhe conferia a lei, denunciou Donária dos Anjos pelo “bárbaro crime”. Na esteira dessa referência continua o narrador:

Chegando a denunciada, com sua vítima, em seu antro, matou-a por meio de sufocação, decepou sua cabeça, reduziu o corpo a diversos pedaços de carne, cozinhou parte destes que comeu, guardou outros em uma moita de onde foram devorados pelos cães, e num riacho que passa a pouca distância do Cemitério, enterrou, à sombra de uma oiticica, a cabeça de sua desditosa vítima, que foi exumada (SOUSA, 2006, p. 10).

Foi dessa forma que a família recebeu a terrível notícia da morte de Maria. e, de nossa parte, entendemos que para o exercício de uma investigação histórica é imperioso que devamos construir uma análise sobre o evento principal – o canibalismo ou antropofagia exercido por Donária dos Anjos sobre a menina Maria – bem como sobre os outros eventos que contextualizam e convergem para a consumação do bárbaro crime. Importante frisar que o nosso objetivo não é inocentar a ré Donária dos Anjos, nem tentar amenizar sua culpa diante de sua atitude e posterior condenação na justiça, mas fazer um trabalho de especulação científica com a intenção de compreender como tudo se passou, se processou e convergiu para tal fim, para que possamos dotar o evento de uma interpretação.

Como já explanado anteriormente, a ré não pertencia ao município de Pombal, local do crime. Donária dos Anjos era da cidade de Piancó. Em um contexto de desolação que abateu os sertanejos, por meio de uma seca de proporções nunca antes vista para as pessoas que viveram aquele tempo, acontecida nos anos de 1877, 1878, 1879, ela optou por sair de Piancó e dirigir-se a Pombal, fugindo da fome que assolava toda a região, vendo que o seu destino pretendido era um pouco mais desenvolvida do que sua terra natal.

Entretanto, em Pombal a demanda por alimentos partindo de grande parte da população só aumentava e os terríveis efeitos da seca prolongada cada vez mais se estendiam. Somava-se a isso que, a cada dia, vinham cada vez mais retirantes de outras localidades, com o mesmo intuito da então retirante Donária dos Anjos.

Chegando a Pombal a personagem central deste trabalho (Donária dos Anjos), construiu de maneira improvisada um casebre, afastado das ruas centrais da cidade de Pombal, próximo a um córrego, onde em tempos de chuva servia como escoamento de água.

No dia do referido crime, a mesma acordou provavelmente já faminta e sem ter nada para comer, dirigiu-se até a principal rua da cidade, com intuito de tentar matar sua fome pedindo ajuda à população local por meio de esmolas ou até mesmo oferecendo seus serviços domésticos em troca de comida, algo muito comum até pouco tempo atrás. Não conseguindo comida, ainda que esmolando, nem trabalho em troca de comida e não suportando mais a fome extrema, Donária viu na criança Maria de apenas seis anos de idade, provavelmente brincando em frente à casa de seus pais com outras da sua idade, a saída para resolver o seu problema.

Alguns movimentos podem ser pensados por nós: Donária teria de assediá-la com promessa dos mais variados tipos e conduzi-la a sua moradia improvisada em lugar afastado do centro. Deduzimos que a criança lhe acompanhou por livre e espontânea vontade, uma vez que o intervalo de distância entre o centro e sua moradia é relativamente distante, não sendo possível a sertaneja ter levado sua vítima a força, até porque, se assim fosse, chamaria a atenção da população por onde elas passassem, ou até mesmo de autoridades que por ventura pudessem ter visto.

Ademais, entendemos que a mesma também não premeditou o crime, pois em sua consciência ninguém acordaria com o intuito de fazer tal ato extremo; indício do que argumentamos é que Donária dirigiu-se ao Mercado da Cidade, depois de acordada, certamente para conseguir alimento. Com o passar das horas, estando afligida pela fome extrema, não encontrando comida na localidade, viu na infante a oportunidade de tentar saciar sua fome.

2.1 APRESENTANDO UM CONSTRUTO: A FORMULAÇÃO DE UMA HIPÓTESE HEURÍSTICA

Para investigar a história nos valemos de uma construção mental, mas científica que vem a ser parte de nossa teoria. Essa construção reúne nossas primeiras impressões e elementos postos pela realidade histórica e com isso poderemos nos aproximar de descobertas sobre o que investigamos. Também o leitor poderá desvendar o que estamos apresentando e, nosso construto, mediado por uma hipótese heurística, de trabalho, nos leva a aproximação progressiva de compreensão dos eventos

O que estamos fazendo é a construção de uma hipótese de trabalho na tentativa de se aproximar do nosso objeto de estudo, explicando-o. Nesse sentido, a hipótese que desenhamos para estabelecer as primeiras conjecturas é a seguinte: Donária dos Anjos não premeditou o canibalismo ou antropofagia. Em um contexto de uma grande e severa seca, com níveis dos mais precários de consecução de alimentos, por não suportar mais a fome extrema, a

personagem viu na morte e antropofagia da menina a saída para seu drama. Em igual medida, entendemos que a autora do crime não estava louca, apesar da possibilidade de ter tido lapsos de loucura.

O exame que fazemos aqui testa a hipótese acima num movimento de decomposição e recomposição contínua do evento. Além disso, examinamos uma expressão-chave para um início de análise: o canibalismo de Donária dos Anjos.

No Brasil, o canibalismo ou antropofagia é uma prática que esteve presente nos primeiros habitantes de nossa terra. Entre os quatro a cinco milhões de índios existentes no Brasil, boa parte dessas tribos eram canibais (HOLBEIN; MUNSTER, 2009).

Os indígenas, ao contrário do que acreditavam os colonizadores europeus, possuíam humanidade, estabelecendo assim a condição de seres humanos como qualquer outro. Essa, inclusive, “era um dos esforços dos jesuítas: mostrar a humanidade dos índios” (ASSUNÇÃO, 2003). A diferença era que possuíam suas crenças que, na maioria das vezes, não se assemelhavam com as dos europeus, sendo muitas vezes taxados de bárbaros, sem alma, não humanos, ou seja, estereótipos usados com um único fim, o de legitimar os atos de conquista e massacre dos colonizadores sobre os povos indígenas.

Mesmo as tribos que canibais eram coligadas por tradição e tinham um sentimento dessa tradição e fidelidade muito grande, tinham coesão ecológica e autossuficiência econômica, desenvolvendo práticas agrícolas (responsabilidade das mulheres), identificando-se como exímios caçadores e coletores. Portanto, a antropofagia não era realizada para saciar a fome dos índios, não sendo prática cotidiana, mas advindas do tempo de guerra.

Um olhar europeu sobre a prática do canibalismo está no ensaio de Montaigne intitulado “Os Canibais”, produzido em 1574, que é uma boa análise filosófica coeva sob os índios tupinambás, chegando até a conhecer alguns índios tupinambás trazidos do Rio de Janeiro, onde

houvera uma colônia francesa. Montaigne realça os hábitos e costumes desses índios, comparando seus atos de canibalismo aos massacres, torturas e desumanidade das guerras religiosas que existiram durante o governo de Maria de Médice, na Europa, por aquele tempo.

Para eventos que aparecem um pouco antes da temporalidade de 1877, temos o fático terror produzido pela Guerra da Criméia, na Europa, ocorrida entre 1853 a 1856 que envolveu o Império Russo, o Reino Unido, a França, a Sardenha e o Império Otomano (a Turquia) com milhares de mortos, considerando-se o ritual exercido pelos soldados que era o de atirar e, em seguida, acabar de matar os corpos caídos com as baionetas, que consiste numa espécie de estilete, punhal, desenhado para encaixar no bocal dos fuzis, dos mosquetes. Nesse caso os punhais, anexados à arma de fogo, era um instrumento que garantiria a morte, uma vez que era

um instrumento de corte profundo poderoso.

Portanto, é necessário comparar e listar alguns elementos como “o inimigo”, a “significação” sobre o comer o outro, o “tempo presente” de cada ator social, o dançar, o cantar e o jejuar que ao circular com significados diferenciados, em tempos históricos diferentes, influenciará a verificação de nossa hipótese, impedindo que cheguemos a conclusões simplórias sobre o ato de Donária.

Ambrósio Fernandes Brandão narra um episódio em que um índio executa seis crianças que tinham raptado dos seus inimigos, depois de ter assaltado uma aldeia, e afirma que “as levava como galinhas” (BRANDÃO, 1956, p. 343). Já Jean de Léry, ao descrever um ritual antropofágico, comenta: “chegam com água fervendo, esfregam e escaldam o corpo a fim de arrancar-lhe a epiderme; e o tornam tão branco como na mão dos cozinheiros os leitões que vão para o forno”. André Thevet descreve: “Ali, executam-no do mesmo modo como se mata um porco: a porretadas” (THEVET, 2014, p. 245).

Para os índios brasileiros capturar um guerreiro e torná-lo prisioneiro para depois amarrá-lo e pendurá-lo por uma corda, em seguida levar uma bordoadada na cabeça, quando enfraquecido, era considerar que deveria ser desentranhado e comido assado no moqué. O ritual do canibalismo só era considerado para os inimigos fortes; os que choramingavam, ajoelhavam-se e suplicavam não eram levados ao ritual. Dessa maneira, para os portugueses e os demais europeus o canibalismo virava uma farsa, perdia força. No mais, a vida desses grupos era plena de abundância alimentar e de liberdade social. Também partilhavam de utopias como a de uma terra sem males e, para isso, poderia migrar, participar de um êxodo no espaço (QUITAS, 2008).

Além disso, os índios brasileiros tinham utopias sobre o Paraíso, tinham harmonia com a natureza e o cosmos. Seus ritos e mitos explicavam a origem das coisas; nos feitos desses atos dos grupos indígenas havia coesão social e cultural.

Posto esses elementos poderíamos pensar sobre o canibalismo exercido por Donária dos Anjos na cidade de Pombal em 1877. Nossa personagem exerceu tal prática para adquirir virtudes da menina Maria? Na execução de seu ato ritual ela incorporou os mesmos passos e significados que nossos antepassados concediam ao ato de antropofagia? Haveria nesse ato, ainda, uma reminiscência de Donária dos primeiros habitantes da região do Piancó, possíveis ancestrais? Ou houve em Donária a liberdade em defender seus instintos biológicos de extrema fome, situação concreta que poderia levá-la à morte, por completa inanição?

A fome gerada pela seca dos anos 1877-79 gerou milhares de mortes, mas, quanto a personagem principal, o fato é que, em decorrência de seu ato, ela foi presa e enviada a cadeia

local da cidade.

Figura 04: Cadeia velha de Pombal - PB



Fonte: Sousa (2014).⁴

A Cadeia Velha de Pombal foi iniciada em 1848 e concluída em 1859. Na época, o presidente da Paraíba, Beaurepaire Rohan, escreveu:

A cadeia é boa e conta o pavimento de nove divisões, sendo seis destinadas para prisão e as outras para residência de carcereiro. É segura, bem arejada, salubre e permite classificação de presos, e pode recebê-lo até o número de 100. Em suas celas de paredes largas e piso de pedras passaram muitos criminosos que marcaram época como Donária dos Anjos, que na seca de 1877, “para não morrer de fome” matou uma criança e comeu sua carne (PARAHYBA DO NORTE, 1877, p. 72).

Esse evento levou os habitantes de Pombal, ao longo do tempo, a cristalizar e conjugar uma lembrança coletiva do que tenha ocorrido em abril de 1877. Esse conjunto de lembranças ainda povoa a mente dos pombalenses e é sobre esse aspecto que vamos adentrar e especular.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=595135667266151&set=pb.100003091695103.-2207520000..&type=3>

2.2 A FORÇA DA MEMÓRIA SOCIAL NOS EVENTOS HISTÓRICOS

A memória é entendida pelos historiadores como “lembrança”. Por sua vez, a lembrança só acontece quando evocada. Dessa forma, a pessoa que pedimos a evocação da lembrança exerce um trabalho, um trabalho em lembrar. Nesse trabalho de lembrar, a pessoa confronta as dimensões do presente de sua vida em relação ao passado de sua vida. Ao fazer isso ela faz um chamado às imagens (OLIVEIRA, 2002). Certamente se estivéssemos diante de Donária, como depoente, conseguiríamos várias imagens e narrativas. Considerando que o evento está distante de nós por 134 (Cento e trinta e quatro anos) como podemos interpretar a memória em torno desse evento, a partir da memória social?

A valorização da memória passa pela construção e análise do historiador. É importante frisar que habitualmente a historiografia valoriza a história pelo documento escrito, de maneira geral, conhecidas como fontes primárias. Ressaltamos, no entanto, que caberá ao historiador fazer o chamamento a outras fontes, que não só as fontes escritas. Com isso, queremos dizer que a história não pode ser alérgica às emoções humanas. O historiador deverá fazer a leitura das subjetividades dos atores sociais no tempo. Tanto isso é necessário que, desde depois da Segunda Guerra Mundial, se criou o trabalho de pesquisa histórica por meio da História Oral, dando força à investigação do historiador, uma vez que se abriu nesse momento, uma ampla gama de representação e produção, no que se diz respeito às pesquisas em história (OLIVEIRA, 2002).

No que diz respeito à memória relativa à morte por canibalismo da menina Maria temos um evento curioso de migração, metamorfose e representação desse evento do campo do “crime” para uma apropriação feita pelo campo religioso.

Essa apropriação se deu a partir de uma construção de fatos que culminaram na interpretação do fato em questão pela religiosidade. Neste caso, a memória coletiva migra no quesito criminal para dar margem com maior força na questão religiosa; em outras palavras, a autoria e materialidade comprovada no crime em questão ficaram em último plano, sendo a personagem da criança guardada na memória social e histórica dos habitantes como “santa”. Sendo assim, a ré e condenada pelo crime - Donária dos Anjos - é passada para o plano do esquecimento, não que isso diminua a sua culpa, muito pelo contrário, mas o fato é que a população, até por um sentimento de piedade e perdão, optou em não focar na culpabilidade da ré, mas em observar esse episódio lamentável como algo que dotou o fato de sentido para o campo do sagrado (OLIVEIRA, 2002).

O autor supracitado foi o primeiro sociólogo a resgatar o tema da memória para o campo

das interações sociais. Rejeitando o conceito da corrente majoritária da sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana, ele estabeleceu a tese de que os homens tecem sua memória a partir das diversas formas de interação que mantêm vivas com outros indivíduos. Assim, determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 95-111).

A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um³. Segundo Bergson (1985, apud SANTOS, 2003). Podemos dizer ainda que a memória tanto está presente em nós, quanto é, também, exterior a nós. Há objetos que guardam a memória e nos fazem lembrar das mais diversas maneiras. A linguagem, devemos ressaltar, é uma forma de memória que nos antecede. Construções coletivas do presente também guardam memórias de experiências passadas. Também nesses casos, a memória que temos do passado não é una e indivisível. Embora a memória seja sempre resultado de um processo interativo, há casos em que a experiência pessoal é fundamental, e outros em que as determinações coletivas precisam ser consideradas.

O filósofo Henri Bergson (1985) citado por Santos (2003), sobre a memória, descreveu dois tipos de rememoração: a memória-hábito, que se faz presente em ações e atividades do dia-a-dia, isto é, em hábitos da vida cotidiana; e a memória que recupera imagens à semelhança do passado. O primeiro tipo de memória refere-se à habilidade de reproduzir algo que foi aprendido ao longo da vida. Já o segundo tipo de memória se refere à recordação de um evento do passado, que é colocado no tempo-espaço e não pode se repetir (BERGSON, 1985, apud SANTOS, 2003).

Além do que, o autor citado por Santos (2003), atribuiu à memória a capacidade de unir estes dois planos de experiência, creditou à memória a capacidade de nos permitir uma consciência espaço-temporal.

Ao considerarmos a manifestação dos depoentes que hoje se fazem presentes, a partir das narrativas expostas, a maioria é precisa em destacar que a menina era ‘santa’ acendendo velas e fazendo promessas. Tal que podemos encontrar no universo de crentes diz respeito à religiosidade, a própria fé na santidade da criança e em seu invólucro sagrado. Vemos, portanto, que o martírio despertou nas pessoas, a figura da criança como sendo “angelical”. Isso desperta o sentimento de compaixão das pessoas, atribuindo a vítima um poder todo especial, o poder de fazer milagres.

Com relação à memória atribuída a ré Donária dos Anjos, esta varia de diversas formas, não existindo unanimidade com relação à índole dela. Alguns atribuem o ato dela como maldoso, outros como loucura e ainda tem aqueles que defendiam que a mesma estaria possuída por demônios. O que se sabe é que o imaginário popular com relação a culpada foi praticamente deixado de lado pela população, ficando viva na consciência da população a figura da criança, morta de maneira brutal e sob aspectos que intrigam até os dias atuais.

Portanto, o sujeito da memória seria o próprio sujeito e de forma mais tangível os saberes acordados e as vivências entre esses sujeitos em seus espaços sociais e/ou lugares de memória, no caso em específico não se pode julgar apenas a memória individual, pois o evento tomou proporções gigantescas. Não cabendo a apenas um indivíduo narrar os fatos como entende, tenho plena consciência que isso é mais bem pesquisado no âmbito da memória da coletividade, gerada através de grupos sociais, ao qual ficam encarregados de manter viva na sociedade acontecimentos que se perderiam com o tempo, nos assegurando a verdade dos fatos sobre os acontecimentos; também está revestida de ética, devido ao caráter histórico de como as coisas se sucederam.

2.3 OS LUGARES DA MEMÓRIA

O lugar onde hoje se encontra a cruz da menina fica no bairro dos pereiros, região periférica da cidade de Pombal/PB, mais precisamente por trás do cemitério velho. Em torno do monumento religioso foi afixada uma cruz exatamente no lugar onde o bárbaro crime ocorreu, mas não se trata de um simples marco, trata-se de algo que vai além, pois a questão religiosa é muito forte, regada de muito simbolismo religioso, onde a veneração e o culto a “menina santa” já ultrapassa séculos de história.

A base da cruz da menina é larga e existe um compartimento revestido de granito, no qual os fiéis devotos a menina acendem suas velas em oração e pedindo a sua interseção a Deus. Já no topo da primeira base tem um pequeno compartimento circular onde se podem depositar flores, tudo em homenagem e respeito à criança. Existe ainda uma segunda base da cruz da menina, está menos larga e uma terceira base pequena onde está afixada a cruz, símbolo religioso dos cristãos e devotos que também está associada ao monumento em questão, exercendo grande fé para os devotos da “menina anjo” (SOUSA, 2006).

No ano de 2010, a prefeitura municipal de Pombal/PB realizou um processo de restauração e ampliação da cruz da menina, reformou o monumento e construiu uma praça em torno da mesma, com bancos para os devotos se sentarem, assim como passou a ter o cultivo

de grama nos canteiros e plantação de árvores com o objetivo de atender melhor aqueles que queiram deixar suas orações ao pé da cruz e pedir sua interseção junto aos céus.

Figura 05: Praça da Cruz da menina de Pombal – PB



Fonte: Sousa (ano 2021).⁵

O lugar onde hoje se encontra a cruz da menina exerce muita força na cidade de Pombal, pois os fiéis católicos sempre estão aos pés do referido monumento religioso e pelo fato de como tudo isso ocorreu, sendo uma morte bárbara e com requintes de crueldade, a figura angelical de uma criança exerce um forte simbolismo religioso, ainda mais se tratando do contexto social da época com uma forte estiagem que assolou milhões de pessoas da região norte do Brasil (hoje denominada região nordeste) ocasionando, assim, uma grande fome que assolou toda uma região, resultando em um verdadeiro êxodo para as cidades maiores em busca de sobrevivência.

Essa memória do lugar onde se encontra a cruz da menina se opera de diversas formas, uma vez que para alguns é símbolo de uma seca terrível que ficou na história como uma das mais devastadoras, que milhares de pessoas passaram fome e muitas outras morreram, enquanto

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=385275518252168&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

que para outros é a prova de um crime brutal, cometido contra uma criança inocente, a qual tinha uma vida toda pela frente. O que fica mais vivo na consciência popular é a questão religiosa, atribuindo milagres a menina, inclusive os fiéis muitas vezes se prostam ao pé da cruz para fazer suas orações.

Dessa maneira, entendemos que a memória da menina mobiliza todo um campo social, cultural e religioso da cidade, para a qual afluem pessoas de outras cidades. Vemos que ainda hoje temos colhido pela coletividade o significado dos feitos tidos como “milagres”, “curas”, etc. Essa memória produzida espontaneamente atualiza a presença da criança na memória coletiva.

2.4 PARÂMETROS NORTEADORES ENTRE A SECA E A FOME

As secas constituem uma realidade presente e atuante nos dias de hoje, como no passado, as principais secas ocorridas no nordeste brasileiro, entre os séculos XIX e XX, deixaram um número significativo de mortos, com suas sucessivas estiagens. Entretanto, existia de um lado, o imobilismo das autoridades públicas, de outro a sociedade com sua inércia em ajudar o próximo; resultando numa tragédia social de dimensões continentais, mais precisamente em torno de três milhões de pessoas que foram vítimas fatais nesses dois séculos. A inação dos homens e a inclemência da natureza trouxeram uma infinidade de discursos sobre a identidade regional, trazendo todos os estados da então chamada região Norte do Brasil para se unirem dentro de um único discurso.

A religiosidade nordestina, vista até poucos anos atrás, por segmentos políticos e intelectuais, como uma dentre outras rotas de fuga da seca, ao lado da migração para as cidades e outras regiões do Brasil e no passado o cangaço e os jagunços, a devoção religiosa foi associada a comportamentos sociais passivos no Nordeste, onde Canudos e Caldeirão formariam exceções à regra. Contudo, ao renovarem esperanças em dias melhores, chuvas, chegada de alimentos, terra, sobrevivência dos roçados, essa mesma religiosidade converte-se em fator de “promoção social” e de expectativa de uma sedentarização, em condições outras (DEL PRIORE, 1994).

Nessa perspectiva, no fim de dezembro de 1879, o povo faminto e exausto de tanto sofrer, organizou uma procissão pedindo a intervenção divina para findar tantas dores, sendo assim, partiram em caminhada da igreja, em procissão noturna, com velas acesas, rezando, cantando benditos e ladainhas pelos arruados da cidade, depois tomaram os caminhos na direção da cruz da menina, em solicitude para a volta das chuvas de inverno. Lá chegando todos se ajoelharam, momento em que rezavam e pediam a intercessão da menina Maria para minimizar

os efeitos da trágica seca. Surpreendentemente, em meio às preces iniciou-se uma forte chuva com relâmpagos e trovões, apagando todas as velas, o que não impediu dos devotos continuarem contritos em suas preces. Naquele instante, já uns impressionados com o fenômeno, outros ligeiramente assustados, alguns emocionados, chorando, sem entender aquela bendita chuva repentina (SOUSA, 2006).

Além disso, as águas caindo do céu, em meio aos relâmpagos e trovoadas, traziam o vento noturno de longe que passava forte entre galhos e folhas de uma frondosa oiticica ali próxima, balançando a grande árvore, como quem dando uma resposta às preces dos piedosos religiosos (SOUSA, 2006).

De acordo com o autor, as chuvas que caíram naquela noite foram atribuídas à intercessão da Cruz da Menina a Deus, por misericórdia aos seus irmãos. Esse fato serve como embasamento das manifestações religiosas que acontecem ainda hoje em volta da figura da Cruz da Menina. Atualmente, encontra-se inserida no credo popular daquela cidade em uma espécie de hibridismo dos santos católicos, sendo a ela atribuídos vários milagres. Apresentada como santa popular e dispensando as formalidades de beatificação da Igreja Católica, a menina Maria faz parte da fé e da cultura do povo de Pombal - PB.

Em homenagem a menina, o dia 27 de março lhe é consagrado e as pessoas vão até a cruz para pedir e agradecer as graças concedidas pela menina Maria. Hoje a Cruz da Menina de Pombal faz parte do cenário religioso da cidade e guarda com ela uma grande quantidade de devotos (SOUSA, 2006).

Esta vivência de fé em Pombal expressada pelos gestos, crenças e ritos que são praticados livremente, encontra-se fora dos muros da ortodoxia é o vivido em oposição ao doutrinar, específico da religiosidade popular. Depois desse acontecimento, rapidamente as pessoas passaram a fazer preces, orações e pedidos ao pé de sua cruz. Desde então, muitas graças são atribuídas a ela, como narram os depoimentos coletados por Abrantes no seu trabalho, nos quais os devotos, cheios de gratidão, relatam as graças alcançadas. A devota de iniciais S.M da S. diz em seu relato que:

vivia uma vida de aflição, aperreio e cheia de desengano, os remédios que eu tomava não adiantavam de nada, era mesmo um tormento, nervosismo. Com muita fé fiz uma promessa junto à cruz da menina para me tranquilizar, aos poucos fui me acalmando, hoje não sinto mais nada, sou feliz com a vida e com as pessoas, não sei como agradecer (SOUSA, 2006, p. 11).

No dia 27 de março, aniversário de morte de Maria, novos pedidos são feitos, muitos vão apenas para renovar a sua gratidão para com a menina por graças alcançadas anteriormente, como narra no seu depoimento uma senhora de 60 anos identificada por M. S. A, que diz:

Eu fui merecedora e guardo isso no coração. Conheço outras pessoas que foram agraciadas ao pé da cruz da menina. Tem gente que chega aqui, vão ao pedestal e colocam a mão, em prece de agradecimento, ficam rezando baixinho, cabeça baixa, os olhos fechados... Já vi mulheres chorando. Eu acredito que isso é para agradecer uma graça alcançada (SOUSA, 2006, p. 12).

Segundo Halbwachs (2006) pode-se dizer que, a lógica da prática dos fiéis não se volta pela explicação racional de suas crenças, mas na relação destas crenças com a vida cotidiana, ou seja, a questão da religiosidade popular está direcionada para as questões concretas da realidade sejam elas financeiras, emocionais ou políticas como se constatou no contexto da cidade de Pombal, em 1879.

A Cruz da Menina de Pombal faz parte da fé popular e extrapola o contexto católico oficial, ocupando um lugar especial no imaginário religioso da população da cidade que a sua maneira, encontrou uma forma de diminuir a culpa pela morte da menina, dando a ela o poder de também diminuir o sofrimento dos seus irmãos, transformando o crime e o pecado em sagrado. A profanação da sacralidade antropofágica fez da menina Maria, uma mártir (HALBWACHS, 2006).

3. A CIDADE E SEUS HABITANTES: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

No século XIX, a cidade de Pombal, localizada no alto sertão da Paraíba, possuía uma majestosa aparência com suas ruas largas e casarões que se destacavam pela sua bela arquitetura do período colonial e imperial, possuindo uma cinta bem detalhada nas suas nuances urbanísticas, apresentando-se como um retângulo harmonioso.

A urbe, desde o seu início, teve um espaço pensado para propiciar aos seus moradores um lugar com amplo espaço configurando uma organização espacial com vistas a comportar todos de maneira digna, com formato de retângulo e tendo a igreja matriz mediando os dois lados. Além disso, inúmeras casas enfileiradas tanto do lado esquerdo como do lado direito e ao final da enorme rua, uma fileira de casas fechava esse “retângulo”, confluindo, do lado oposto, com a chamada Rua do Rio. Formava-se, assim, o início da urbanização da cidade de Pombal que se consolidou em princípios do século XIX.

Figura 06: Centro histórico de Pombal - PB



Fonte: Sousa (2014).⁶

Essa imagem retrata o início da urbanização local, com sua silhueta urbana já exposta ao final dos Setecentos, mostrava um espaço central bem nucleado, compondo de maneira segura o lugar dos moradores ao tempo em que servia de atração e abrigo para os visitantes de

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=569583216488063&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>

outras regiões. Além disso, a cidade foi o primeiro núcleo de povoamento do sertão paraibano, fazendo comércio com uma região extensa, incorporando contatos comerciais com cidades de outras províncias, como as da Bahia, por exemplo (OLIVEIRA 2002).

Em meados do século XIX, conforme a autora, a questão urbanística da cidade estava começando a mudar, arrolando um pensamento geral que tinha em mente que as cidades deviam ser planejadas, com arruamentos largos, espaços urbanos melhor esquadrihados, bem como espaços higienizados. A propósito das cidades que viravam os séculos – do século XIX ao século XX; as cidades do mundo procuraram buscar um saber mais aprofundado sobre as cidades, sua ciência, modos de vida e de organização social.

Por sua vez, a cidade de Pombal não foi modificada na sua estrutura, apenas alguns casarões deixaram de existir com o passar do tempo, mas até hoje possui muito da sua composição arquitetônica do século XIX, sendo um dos centros históricos mais preservados da Paraíba, com riqueza arquitetônica singular.

Outro espaço importante que era incorporado pela urbe era sua cadeia pública, que foi considerada uma das mais seguras da época, que hoje se tornou o museu municipal. Tendo sua construção, iniciada em 1841 e concluída apenas no ano de 1849, foi considerada por muito tempo a maior e mais segura do sertão paraibano. Além do que, nessa cadeia foram presos criminosos que marcaram época, remetendo a antigos e famosos casos policiais, como Donária dos Anjos e o de Lucas, irmão do cangaceiro Jesuíno Brilhante (SEIXAS, 2004).

A cadeia de Pombal registrou sua primeira fuga em massa quatro anos após sua inauguração, precisamente em 24 de novembro de 1853. O fato chamou muita atenção e teve grande repercussão, tendo em vista ser ela considerada uma das mais seguras do império (TEÓFILO; 2013).

Esse fato histórico, de acordo com (TEÓFILO; 2013), ficou marcado na memória dos habitantes da cidade. Naquela época, era constante a atuação do cangaço e de outros grupos criminosos que aterrorizavam as cidades e, com a prisão de um criminoso dessa estirpe, ascendeu o alerta a população que praticamente já previa o resgate. O fato se deu da seguinte forma: Lucas, irmão do cangaceiro Jesuíno Brilhante, foi preso na cadeia pública da cidade de Pombal sendo acusado de um crime ocorrido em Catolé do Rocha - PB, por volta do ano de 1874. A transferência de Lucas colocou a cidade na mira do cangaceiro Jesuíno que não economizaria esforços para libertar seu irmão, sendo que, na madrugada do dia 19 de fevereiro atacou inesperadamente a cadeia. E o fato surpreendeu os soldados, resultou em troca de tiros, rendição de policiais pelo grupo do cangaceiro, expropriação de armas e munições, e, finalmente, na fuga, Lucas fora conduzido pelo irmão até a casa de seu pai.

Segundo Sousa (2006) as paredes da cadeia de Pombal, possuíam na parte externa 1 metro de largura e mais de 4,5 metros de altura; na parte frontal, um portão de grades em ferro maciço e quatro janelas reforçadas com grades duplas; na enxovia, cela escura que abrigava os presos de maior periculosidade, a altura de cerca de 3 metros, foi instalada uma espécie de forro em vigas de madeira de lei com cerca de 30 cm de espessura, o que dificultava ainda mais qualquer tentativa de fuga por via aérea. O carcereiro era responsável pelo controle, enquanto um destacamento, constituído por policiais da Guarda Nacional, sob o comando de um delegado, incumbia-se de manter a ordem e a vigilância, tanto interna como externa.

Além da cadeia pública, outros equipamentos arquitetônicos se sobressaíam como inúmeros casarões imponentes que se destacavam pelo seu tamanho e bela arquitetura no entorno da cidade, onde se deu início o núcleo urbano, possuindo um formato retangular, provavelmente com o objetivo de proporcionar maior conforto e segurança para aqueles que aqui viviam. Posteriormente se construiu uma praça central ao meio da larga rua, conservando-se as duas igrejas e algumas ruas um pouco estreitas, como uma das ruas conhecida como “Rua Estreita”. No entanto, seu desenho arquitetônico se destacava frente a outros núcleos populacionais que não se preocupavam em dar maior destaque e manter sua preservação e beleza urbanística.

Figura 07: Casarão localizado no centro de Pombal – PB



Fonte: Sousa (2014).⁷

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=334536449992742&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

Ressaltamos que, conceitualmente, as cidades podem ser concebidas como concentrações urbanísticas que além do objetivo organizacional, tinham como um dos pontos principais a segurança coletiva, como bem defende Oliveira (2002). Ele retrata que as cidades trouxeram maior autonomia, organização, bem estar social, sendo um direito fundamental do habitante.

Os relatórios do presidente de província da Parahyba do Norte em 1877, nos trazem informações sobre a vida econômica da cidade de Pombal. No século XIX houve uma grande crise econômica e social, assolando milhares de pessoas em toda a região norte do império, assim como detalhado anteriormente. O sertão da província, onde está localizado Pombal, foi uma das mais castigadas pela forte estiagem; rebanhos e plantações morreram pela falta de alimento e água suficientes; muitos homens e mulheres morreram de fome; muitos não tiveram alternativas senão fugir em um verdadeiro êxodo rural para outros centros em busca de melhores condições de vida. A situação era grave e a participação do governo provincial na vida econômica da cidade era fundamental para tentar amenizar os efeitos dessa terrível crise social que se alastrava por vários anos e não dava sinais de retroceder em curto prazo.

Nesse sentido, os socorros públicos vieram com o intuito de trazer alento a forte fome que se alastrava por toda a região norte, impactando de maneira direta o sertão da Paraíba, onde as chuvas são essenciais para a sobrevivência da população. Aqueles que estavam aptos ao trabalho e recebiam ajuda governamental, eram convocados para trabalhar na construção de açudes, estradas e manutenção destes, visando assim à melhoria da infraestrutura com o fim de, nas futuras chuvas, haver locais de armazenamento de água e escoamento da produção em melhores condições de trafegabilidade. Estes homens e mulheres tiveram papel fundamental nesse trabalho, pois garantiram que com as novas chuvas que viessem a cair após o período de seca, o povo sertanejo estaria preparado para retomar sua produção e a retomar sua vida de maneira plena (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Com o fim da terrível seca que devastou a economia e impactou de modo forte a vida administrativa da cidade, esta começou a alçar ares de normalidade, nos anos que se seguiram a partir de 1879 em diante. A partir de então foram melhor estruturados os reservatórios de água, trazendo neles maior vasão, comportando uma quantidade maior do precioso líquido, já se precavendo de futuras estiagens e as estradas tiveram sua reformulação e estruturação de maneira rotineira (PARAHYBA DO NORTE, 1877).

Enfim, a vida pós-seca de 1877 começou a fluir de maneira que trazia segurança para aqueles que ainda permaneciam na cidade. Em decorrência disso, a ajuda externa passou a ser mais frequente, pois esse problema social da seca na região norte foi apresentado

insistentemente no Parlamento e nos Jornais, nos setores mais altos do império. Além disso, os políticos que representavam a região passaram a cobrar, cada vez mais, recursos para a melhoria da população e amenizar os efeitos da falta de chuvas.

Todavia, o que ficou marcante na história da cidade, nesse período, foi a história de um crime que já discutimos e que, no capítulo anterior, atribuímos como produzido pelo contexto assolador e desumanizante da grande seca (1877-1879): o crime que vitimou a menina Maria por morte, seguido de canibalismo, praticado por Donária dos Anjos. E o que discutimos a seguir é o lugar onde esse evento foi guardado fortemente, seu lugar da Memória.

3.1 NA CIDADE, OS LUGARES DA MEMÓRIA

A história da cidade de Pombal - PB está ligada, dentre outras coisas, a uma marca religiosa presente na fundação da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso pela presença de um equipamento arquitetônico que se sobressai por três séculos.

Dessa maneira, durante muito tempo a fé foi a força motriz que moveu todo um povo, sendo parte fundamental da estrutura organizacional das cidades. Em Pombal a questão religiosa desde a sua fundação sempre esteve presente. Dentre os templos religiosos podemos destacar a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que guarda três séculos de história, tornando-se um símbolo do passado colonial pombalense e uma verdadeira relíquia que resistiu ao tempo. Sua arquitetura é um dos raros exemplos do barroco no sertão do Nordeste e data de 1721 quando se inicia a construção de uma igreja em substituição a primeira capela de oração, construída em 1701 para administração dos sacramentos a pequena população local e aos índios (MARTINS, 2016).

Esse templo religioso que se destaca pelos seus traços rústicos, que vislumbra beleza pelo seu desenho colonial e seu altar, principalmente, àqueles que a visitam, para os fins religiosos e turísticos, rememoram ritos de crença do Cristianismo por meio do culto e da fé em um Deus cristão e na Virgem Mãe que “marcou a colonização do sertão” e impulsionou a construção da igreja (MARTINS, 2016, p. 9).

De acordo com a autora para o povo religioso, essa fé ainda permanece viva e move o pombalense em procissão no Domingo do Rosário. É comum encontrar durante o trajeto várias pessoas que seguem pagando suas promessas andando de joelhos ou com coroa de espinhos em suas cabeças, alguns sem os calçados remontando ao sofrimento e martírio de Jesus Cristo. É uma fé enraizada no povo pombalense há vários séculos.

Séculos mais tarde a festa tomou outra proporção que além de religiosa se transformou

em festa social, reunindo filhos da terra que moram em outros estados, países, trazendo consigo parques de diversão, jogos de azar, festas dançantes e consumo de bebidas alcólicas. Uma expressão da fé católica, que começou timidamente, logo tomou grande espaço ao longo dos anos e tornou-se uma tradição aos devotos de Nossa Senhora do Rosário.

A propósito, a maior festa religiosa da cidade de Pombal, denominada de “festa do Rosário” sendo uma das maiores concentrações de fieis religiosos da Paraíba, teve seu início segundo o historiador SOUSA(2006, p. 43), “se restringindo apenas aos atos dos Mesários da Confraria, percorrendo estes a feira livre da cidade; arrecadando recursos financeiros, a singeleza da Procissão do Rosário e à solenidade da Missa dentro da velha igreja”. Teve início, segundo o autor, em 1895, quando a Irmandade do Rosário recebeu o reconhecimento do bispo de Olinda e a autorização para receber doações destinadas aos reparos e manutenção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a antiga Matriz do Bom Sucesso SOUSA (2006).

Entrementes, é necessário notar que os lugares da cidade são portadores de memória, tanto individual quanto coletiva. Por essa compreensão os lugares sediam geograficamente a memória social e histórica.

Figura 08: Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pombal - PB



Fonte: Sousa (2018).⁸

Conforme Oliveira (2002), a memória tem como escopo fazer uma reconstrução do passado. À medida que faz essa reconstrução ela traz à tona a lembrança de um campo de fé existente, bem como a lembrança de sua materialidade referenciada pelos templos religiosos. Esse conjunto de lembranças sejam lembranças parciais, limitadas ou mais amplas, levando -se em consideração os atores sociais que possam ter tido o entendimento de como foi o passado retratado na memória.

Ainda segundo a autora, é importante lembrar que o campo da memória abriga afetividades e emoções, um conteúdo de subjetividade, sendo uma reconstrução feita sem o processo crítico pelo qual a história é feita. Presume-se assim uma temporalidade que tem como síntese a história vivida e contada. Dessa maneira, embora a memória seja um instrumento de identidade e de conservação sócio cultural de todo um povo, ela precisa ser compreendida em seus amplos aspectos e contextos, não deixando de fora ninguém que possa contribuir para essa memória histórica, em que todos os atores sociais estão inseridos e referenciam a suas vivências no tempo.

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1487454711367571&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>

As memórias individuais se fundamentam na memória coletiva, incluindo elementos mais amplos do que a memória construída por um único indivíduo e seu grupo. A linguagem, presente nesses grupos sociais, por sua vez, vem a ser um dos elementos mais importantes que afirmam o caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da própria experiência desses conteúdos de lembrança. No que diz respeito a memória coletiva e história, contribuindo assim para que o passado não seja completamente esquecido, sendo capaz de trazer identidade e sentido ao tempo social vivenciado tanto pelos indivíduos, quanto os grupos, ligando sempre as dimensões do passado e do presente em suas vidas (OLIVEIRA, 2002).

A paisagem, de acordo com a autora, é referência para essas vivências construídas no tempo. A memória da cidade, por meio de sua paisagem arquitetônica, material, física, diz respeito ao conjunto de lembranças, documentos e relatos de tempos passados que estão enraizadas ou presente na paisagem e que podem ser objeto agora de “reapropriação” e interesse por grande parte da sociedade constituindo-se assim como elemento importante da identidade do lugar (OLIVEIRA, 2002).

3.2. A DEVOÇÃO POPULAR A UMA SANTA NA CIDADE DE POMBAL

As devoções religiosas no Brasil sempre tiveram seu caráter popular, devido às várias expressões religiosas da cultura de um povo que se encontra enraizada, abrangendo uma série de visões diferenciadas, sendo o campo religioso rico em detalhes, tradição e fé, trazendo como herança dos colonizadores portugueses que exerciam suas práticas religiosas voltadas principalmente numa tradição medieval (JURKEVICS 2004)

No início da colonização portuguesa, em meados do século XVII, as paróquias não detinham grande importância na religiosidade popular vivida pela população local, estando estas centralizadas na figura do clero e fieis, no entanto, nos séculos seguintes a partir do XVIII, os templos religiosos no interior ganhavam força e popularidade, se tratando de um catolicismo que tinham como norte a piedade, o culto aos santos, as festas religiosas que se tornavam marcantes no exercício religioso dos fieis na sua individualidade e de comunicação com Deus que sempre haveria o intermédio de divindades tanto classificadas pela igreja católica como santos, como as que os fieis possam atribuir esse status de divindade protetora e intercessora, um comportamento que sugere esse tipo de “culto religioso como exterior de culto”, principalmente aos rituais festivos, onde se pode presenciar grande número de fiéis (JURKEVICS 2004).

Nossa tradição religiosa se inicia nas terras ocupadas por famílias abastardas prevalecendo uma devoção religiosa doméstica, mas também social, onde essas propriedades rurais, próximas à casa grande, possuíam uma capela, acolhendo o chefe da família, agregados e escravos, como também o padre que, na maioria das vezes, estava presente, gerando em alguns momentos um caráter privado. Assim, devido às limitações econômicas não seria incomodo para esses padres ser submisso à elite rural, pois lhes garantia uma melhor condição de vida, pois nota-se:

A religião é algo abstrato e espiritual da sociedade que, produzindo uma força coletiva, anima os grupos sociais e credita à fé ou à crença na salvação pela fé, o que há de eterno na religião da humanidade. Nessas condições, a religião é concebida como a expressão de um ideal coletivo, portanto um componente do social, mas, ao mesmo tempo, um paradigma de uma instituição social onde as características de todas as outras instituições mostram-se claramente, dando-lhes sentido, consistência e permanência (JURKEVICS, 2004, p. 11).

No que diz respeito às procissões, sejam elas da semana santa, natal, ou outra, tinham por finalidade ensinar aos fiéis católicos o sofrimento que Jesus passou na cruz do calvário, assim como a propagação do evangelho contando a história da salvação. São festejos considerados locais privilegiados para a manifestação popular, segundo Reis (1991). Essas manifestações são como rituais de intercâmbio de energia entre os homens e as divindades, além de um investimento no futuro, tornando a vida dos devotos, mais interessante e segura.

Diferentemente, Del Priore (1994), por sua vez, analisou as festas religiosas como expressão teatral de organização social, como elementos da elite, índios, populares, negros e escravos, tornando seu significado multifacetado e dinâmico, podendo ser um espaço de solidariedade, alegria, prazer, diversão, criatividade, troca cultural e, ao mesmo tempo, um local de educação, de controle e manutenção de privilégios e de hierarquia, se constituindo, por vezes, em luta e violência.

Nessa perspectiva, as práticas religiosas possuem seu indiscutível caráter social, visto que na maioria das vezes são usadas como alívio, descanso físico e espiritual frente a labuta diária associada a uma rotina desgastante, tendo como resultado renovação de forças e fortalecimento da fé e disposição para seguir a vida em sua plenitude. Possuindo, desse modo, expressões de religiosidade, somado a aspectos da vida social e cotidiana na vida dos grupos religiosos, envolvendo crença e atos comportamentais.

Já se tratando da questão religiosa da cidade de Pombal, tem como marco inicial na sua

devoção a menina Maria de apenas seis anos de idade a devoção piedosa que se fundamenta pelo sofrimento que a vítima teve e o modo como tudo ocorreu, sendo que o fato de seus restos mortais terem sido enterrados pela ré Donária dos Anjos em uma cova rasa, reforça o imaginário popular, gerando bases sólidas para a construção de uma crença popular.

De acordo com o historiador espanhol Sáez (1996, p. 18), em seu estudo acerca de mitos e mortos no campo religioso brasileiro, afirma que “é no relato rico em equívocos que o santo respira e se cria”, portanto, como no caso estudado neste trabalho de pesquisa, tudo corrobora para essa santificação na figura da criança, frente ao seu sofrimento.

O lugar da religiosidade popular se deu a partir de uma necessidade natural da sociedade em acreditar em um Deus superior, capaz de atender suas necessidades. Para muitos se não existisse a religiosidade enquanto memória popular e coletiva, em nada faria sentido suas vidas, sendo, portanto, uma razão para seguir em frente e lutar por dias melhores, sempre seguindo sua fé e crenças populares.

Justamente para marcar essa memória temporal e religiosa foi construído o cruzeiro, em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujo objetivo era registrar a passagem do XVIII para o século XIX. Passados mais de um século, o referido monumento religioso, apresentando natural desgaste, veio a ter remodelação em 1993. Por se encontrar em precário estado de conservação decidiram por então retirar o símbolo cristão pelas mãos do marceneiro João Pereira Filho, conhecido por Natal, que logo construiu outro em madeira de jatobá e esplendor de cedro nas mesmas dimensões e desenho do original, sendo recolocado o novo Cruzeiro no mês de setembro de 1993 sobre o pedestal do antigo símbolo (SOUSA, 2006).

Figura 09: Cruzeiro localizado em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pombal - PB



Fonte: Sousa (2013).⁹

Essa cruz promove, com os eventos da menina Maria, uma extensão do campo sagrado na cidade. A dinâmica que abriga essa memória religiosa está enraizada tanto na memória dos habitantes da cidade, quanto no pensamento popular que se arrasta por séculos, passando de geração em geração quanto pelo monumento construído no local da morte da menina Maria, denominada de Cruz da menina, localizada no Bairro dos Pereiros, onde foi fixada uma grande cruz, símbolo do sofrimento de Jesus Cristo, rodeado por uma praça, onde os devotos da “menina santa” se ajoelham diante da mesma para fazerem suas orações e pedir interseção, assim como já discutido.

A memória social relativa a esse evento está fincada no imaginário popular, está diretamente relacionada ao sofrimento que a menina “anjo” sofreu nas mãos da sua algoz, principalmente aos momentos pós morte, fato que chocou ainda mais a população, como o esquartejamento e sendo usada como alimento pela ré confessa Donária dos Anjos, ou seja, todo o conjunto de sofrimento somado ao ato bárbaro fora de qualquer contexto lógico de uma sociedade minimamente civilizada nos moldes da atual.

3.3 OS ATOS DA HISTÓRIA E SUA METAMORFOSE PARA A MEMÓRIA

Um dos principais objetos de pesquisa deste trabalho foi o crime cometido por Donária

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=440832762696443&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

dos Anjos no ano de 1877, fato que sem dúvida marcou de maneira profunda a memória de toda a cidade de Pombal; evento bárbaro que ocorreu durante uma das piores secas que o sertão enfrentou. A cidade de Pombal foi palco de um dos casos mais bárbaros que chocou sua população, um caso de canibalismo praticado por Donária dos Anjos, aos 18 anos de idade, com o intuito de saciar sua fome extrema. Ela aliciou uma criança chamada Maria de apenas seis anos de idade até seu casebre, localizado um pouco distante da área central da cidade, a asfixiou até a morte, decepou todo o seu corpo e se alimentou de sua carne.

A jovem teria cometido o ato em momento de aflição, por sentir-se “oprimida pela grande fome”, segundo o depoimento prestado ao Juiz da comarca (SEIXAS, 2004, p. 416). Assim como outras cidades, Pombal não escapa da imagética de seca e da uma miserabilidade elaborada por uma série de discursos do início do século XX (ALBUQUERQUE JR, 2009). E, de fato, o contexto social agravado pela terrível seca de 1877, só veio a contribuir para a recepção desse evento da menina Maria na religiosidade popular. Dificilmente em uma situação normal, com chuvas regulares, comida e bebida farta, a criança em questão seria considerada uma divindade pelo imaginário popular, pois o binômio seca e tragédia estão ligados para dar mais força a essa tese de santidade defendida por muitos, pois a população tem muito forte o sofrimento, martírio e piedade como pré-requisitos para denominar seus santos populares. Caso Donária dos Anjos tivesse cometido esse bárbaro crime em condições normais de vida social, seria apenas mais uma louca que cometeu um crime horrendo e muito, provavelmente, segundo o código criminal da época, seria condenada a morte.

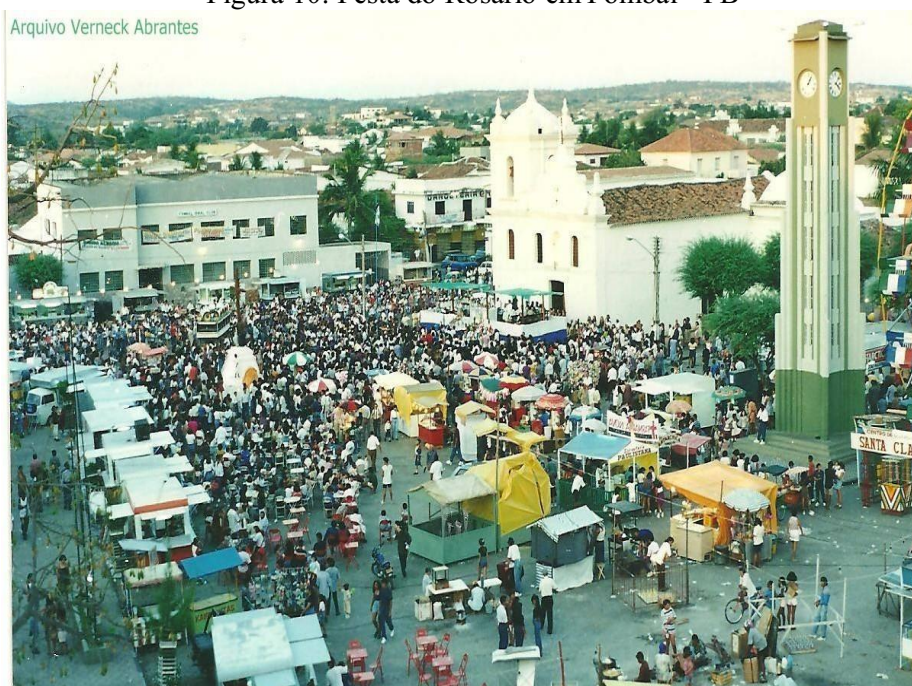
A presença do Direito Positivo no Império do Brasil já enquadrava e distinguia a categoria de delitos e crimes, inclusive os que atentavam contra a vida humana. A cidade, por sua vez, incorporaria a urbanidade, a lei e a civilização. Atos em contrário a essas ênfases não poderiam passar despercebidas e impunes.

Seria o espaço de legitimidade, espaço jurídico novo, fonte de ruptura e emancipação das malhas da servidão e da escravidão; lugar da contestação radical, efetiva e irreversível, baseada em uma concepção de mundo expressa na declaração dos direitos do homem e do cidadão, em cartas constitucionais. Constituiria solo seguro para os homens se sentirem inseridos em uma rede de práticas contratuais e relações formais, se opondo a antigas práticas e à noção de comunidade (OLIVEIRA, 2002, p. 29).

Do espaço da história para o espaço da memória, Pombal tem convivido com a questão devocional de sua religiosidade de maneira que todos tem tido a liberdade para cultuar suas crenças tranquilamente e sem restrições. Temos a padroeira oficial que é a Nossa Senhora do Bom Sucesso, onde a festa religiosa realizada todos os anos no mês de maio, é um pouco tímida

no que diz respeito à tradição e ao número de devotos, mas acontecem quermesses, jantares, novenas e procissões pelas ruas da cidade, como também os fiéis colocam suas intenções, pagam suas promessas, pedem interseção aos céus. Inclusive, por força de lei municipal, o dia 31 de maio é considerado feriado como dia da padroeira da cidade. Destaca-se que o desbravador português Teodósio de Oliveira Ledo, quando venceu o combate contra os índios canibais Panaty e Pegas, atribuiu essa vitória as bençãos e proteção de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

Figura 10: Festa do Rosário em Pombal - PB



Fonte: Sousa (2013).¹⁰

Nossa Senhora do Rosário é considerada como co-padroeira da cidade de Pombal, é a santa mais devocionada na região, reunindo anualmente milhares de fieis, considerada a santa dos pretos e escravos possuindo como cultura a dança dos grupos folclóricos congos, pontões e reisados que fazem sua apresentação cultural na calçada da igreja para homenagear a referida divindade.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=441241732655546&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

Figura 11: Grupo folclórico os Congos dançando na calçada da igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Sousa (2014).¹¹

No que diz respeito a sua festa religiosa, ela se desenrola por vários dias e é a maior do alto sertão paraibano. Nos últimos anos a festa tem crescido de maneira esponencial atraindo cada vez mais fiéis, no entanto, ultimamente tem ficado unicamente na questão religiosa com suas novenas sendo exibidas pela internet como forma de prevenção e não proliferação do coronavírus.

Sabe-se que para a religiosidade não existe barreiras, tampouco impedimentos e, mesmo com a parte social temporariamente suspensa devido à pandemia e a limitação de público nos referidos templos religiosos, para os devotos isso não é empecilho, pois a fé é uma chama que permanece viva, sendo que dificilmente seus devotos não continuem a fazer suas orações e pedidos de interseção em casa, nos seus altares particulares, tudo com o objetivo de manter viva a devoção secular dessas duas divindades religiosas que são abarcadas pela igreja católica, se tratando de prática religiosa oficial, reconhecida pela entidade.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=590777061035345&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

Porém, a questão religiosa da cidade de Pombal, vai muito além da oficial reconhecida pela igreja católica. Como já destacamos temos a cruz da menina que fortalece o campo devocional local, pois é considerada uma santa popular, onde os mais humildes têm depositado nela sua fé e crenças. O monumento da cruz da menina localizada no bairro dos Pereiros, é uma localidade humilde onde seus moradores, no mês março, quando se deu o trágico crime, se prostam diante da cruz, depositam flores, começam a fazer suas orações e pedidos de bençãos e milagres.

Nos últimos anos a cruz da menina tem ganhado cada vez mais adeptos, seja por questões religiosas, pois a fé é o carro chefe, seja por curiosidade de saber o ocorrido ou por questões turísticas, nas quais a religiosidade também está ligada. A fé sempre como plano de fundo, mas a turística de certa forma dar a força necessária, aquecendo e divulgando o ocorrido para os quatro cantos do mundo, quase que diariamente várias pessoas acendem velas, se ajoelham ao pé da cruz e isso chama a atenção de todos que passam, os devotos tem feito seus lamentos com gestos dos mais variados, usando os braços, abaixando a cabeça, tocando no referido monumento, pois muitos acreditam que o simples fato de tocar na cruz lhe trará cura para doenças ou trazer outras bençãos e milagres.

O local onde sepultaram a menina Maria era até então um amontoado de pedras colocadas por moradores até que colocaram uma cruz, sempre renovada quando apresentava desgastes. Em 1948, a senhora Dalva Carneiro Arnauld, irmã de Ruy Carneiro, fez uma promessa com a menina, cinco dias depois alcançou a graça, então, sensibilizada e agradecida, mandou construir o pedestal em alvenaria com a cruz de madeira no alto, tendo o cuidado da construção ser no exato local onde foram enterrados os restos mortais da infelizmente criança, indicado pelas pedras que vinham sendo amontoadas de geração em geração, desde os primórdios de 1877 (SOUSA, 2006).

Portanto, a sociedade pombalense, mesmo com seus santos oficiais reconhecidos pela igreja católica não tem deixado de lado a religiosidade popular vinculada a cruz da menina, muito pelo contrário, o respeito e devoção tem crescido cada vez mais, faltando em nossa maneira de pensar a questão, apenas um maior apoio por parte dos órgãos públicos e um reconhecimento por parte da igreja católica, não no sentido de reconhecimento da santidade da menina, mas pelo menos celebrar missas na localidade como forma de acolher seus devotos.

Além disso, apesar de todas as dificuldades, sem haver um posicionamento mínimo da igreja católica e, muitas vezes, o poder público se torna omissivo com relação a religiosidade popular da cruz da menina de Pombal, esta se mantém forte e presente no imaginário daqueles que a reconhecem como uma protetora, atribuindo-lhe vários milagres e bençãos alcançadas. É

importante frisar que passados mais de um século do referido crime, a devoção para com a menina anjo é cada vez mais respeitada, não sendo vítima do esquecimento através do marco temporal secular, é o oposto, uma vez que a santidade que a sustenta pelo rito popular é passada de geração em geração, mantendo sempre viva sua essência e tradição de fé.

Sempre quando a região sertaneja de Pombal parece com falta de chuvas e seca forte, a religiosidade popular da cruz da menina se renova, no sentido de seus devotos recorrerem a ela pedindo sua interceção aos céus pedindo chuvas e dias de fartura, assim como já relatado anteriormente (SOUSA, 2006).

Por tudo que já foi exposto, a religiosidade popular da cruz da menina só vem a engrandecer a riquíssima cultura religiosa e devocional da cidade de Pombal, engradecendo sobremaneira o culto a seus santos e mártires, havendo espaço para devoção para todos, sejam eles reconhecidos ou não pela igreja católica, na verdade o que importa no final é o sentimento de pertencimento que seus fiéis atribuem a menina Maria, sendo que seu sofrimento jamais será esquecido.

Figura 12: Monumento da cruz da menina em Pombal - PB



Fonte: Sousa (2010).¹²

Como podemos observar, o monumento em alusão a cruz de menina é palco de

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=385275518252168&set=pb.100003091695103.-2207520000.&type=3>.

veneração por muitos fiéis católicos e/ou por aqueles que têm o respeito por aquela arquitetura que marca o local exato onde houve o bárbaro crime, sendo, portanto, um marco da memória de toda a população pombalense, principalmente dos mais pobres.

É importante destacar o quão grandioso é a cruz com sua base larga, sendo colocada de maneira pedagógica para ensinar aos homens do presente os eventos do passado, com o objetivo de ensinar ao povo a importância da fé diante das adversidades sociais, principalmente em se tratando dos santos cristãos que sempre foram mártires, passando por grandes sofrimentos. Diante disso, podemos associar a religiosidade popular da menina Maria, também vítima de grande suplício, sendo uma criança indefesa sem possibilidades de se defender dos atos horrendos que passou.

O monumento da cruz da menina se encontra em um bairro periférico da cidade de Pombal, de pessoas simples e trabalhadoras que tem sua devoção nos santos populares como Padre Cícero, Frei Damião e a própria menina Maria, sendo considerada uma santa por todos os moradores daquela localidade, assim destacamos:

Sem preterir totalmente o pobre ou mesmo a religiosidade popular, a hierarquia clerical conseguiu abrandar a polêmica problemática sobre o culto aos santos considerados populares, numa discussão mais conceitual, suavizando o contorno de sua realidade, ao mesmo tempo em que procura normatizar a maneira pela qual os povos latino-americanos expressam e materializam a sua fé, uma vez que a Igreja só reconhece e legitima as práticas religiosas sob seu controle. Daí a ênfase na “purificação” dessas práticas, excluindo quaisquer outras não previstas no Direito Canônico (JURKEVICS, 2004, p. 104).

Logo, os mais pobres eram os que tinham maior devoção pelos santos, recorrendo as rezas fortes, cuja finalidade estava relacionada na maioria das vezes a vida terrena, como desarmar inimigos, resolver situações difíceis, curar as mais diversas doenças e naturalmente mau olhado, diante de tudo isso, a religiosidade da cruz da menina ganhou forças principalmente pelos mais humildes, pelos moradores da localidade onde se encontra o marco do seu sofrimento, sendo palco de respeito à adoração por muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa estudou o crime de canibalismo cometido por Donária dos Anjos contra uma criança de apenas seis anos de idade, cujo nome era Maria. O percurso que seguimos, como historiador, foi de buscar e coletar as fontes necessárias para a investigação e, nessa empreitada, nos deparamos com inúmeros desafios, uma vez que foi um trabalho árduo, mas prazeroso. Busquei as Atas da Câmara Municipal de Pombal que descrevem o contexto social e administrativo da época dos fatos, os relatórios de presidente de província da Parahyba do Norte no século XIX foi outro grande aliado para um melhor entendimento sobre a seca e suas consequências que assolou milhares de sertanejos, morrendo muitos de fome e inanição, sendo que o papel do Estado era crucial para amenizar seus efeitos.

Essas fontes históricas anunciaram uma província totalmente vulnerável às questões climáticas extremas, não havendo planejamento prévio para combater seus efeitos. Além disso, por vários anos a população passou por inúmeras privações sem a intervenção do poder público, enviando para as cidades os chamados socorros públicos só após a situação praticamente ter saído do controle. Enviaram gêneros alimentícios que eram distribuídos para a população como forma de tentar amenizar a grave crise humanitária que assolava toda a província, principalmente no interior. Pombal, nessa época, já era cidade e foi entreposto desses alimentos onde uma parte considerável ficava para atender a demanda local e outra parte era distribuída para toda a região.

Logo, todo material pesquisado nos apresentou uma pragmática de como viviam os homens na segunda metade do século XIX, agravada pela terrível seca que teve seu apogeu maléfico no ano de 1877, ano em que ocorreu o bárbaro crime de canibalismo praticado por Donária dos Anjos. Foi uma seca ficou para a história como uma das mais duradouras e terríveis até então conhecidas e que milhares de retirantes saíram de suas localidades em busca de sobrevivência em outras cidades, assim como frisado ao longo da pesquisa. Nesse sentido, o que sugerimos é que, provavelmente, se os socorros públicos tivessem chegado no início da crise, a retirante em questão não teria cometido o crime contra uma criança, sob a alegação de matar sua fome extrema. Assim, destacamos a importância do Estado na vida da população mais carente, não sendo plausível a demora por parte daqueles que devem zelar pelo bem estar do povo.

No que diz respeito ao ato de canibalismo cometido em um contexto social de grande crise ocasionada principalmente pela seca e pela comoção popular, por sua vítima ter sido uma criança de apenas seis anos de idade, tendo sua vida interrompida, uma infância roubada diante

de um cenário assustador de fome e miséria que passava aquele povo, ressaltamos que esse acontecimento saiu do seu tempo e se “hospedou” na memória, como também presente nos grupos sociais, pois pode ser percebida por afecção, pelo sofrimento, doença, compaixão. Dessa forma, a memória não é só do passado, é do presente e a menina Maria está presente na vida de muitos que acreditam na sua santidade.

Portanto, esse evento acontecido em 1877, é alimentado pela memória social e religiosa da cidade, que é riquíssima em vários aspectos, onde a tradição se encontra nos santos populares além dos santos oficiais da igreja católica e, por sua religiosidade popular, pelo sagrado que está intrinsecamente ligado ao culto e veneração por seus santos mártires.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, Memória esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, São Paulo, 2007: 95-111.
- ASSUNÇÃO, Paulo. **Os jesuítas no Brasil Colonial**. São Paulo: Atual, 2003.
- Ata de instalação**. Organização administrativa da Comarca de Pombal. Pombal/PB. 1875.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. Ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil 1627**, Introdução de Capistrano de Abreu e Notas de Rodolfo Garcia, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956, Diálogo Sexto.
- BRASIL. **O código Criminal do Império do Brasil**. Primeiro reinado. Rio de Janeiro, 1830.
- BRASIL, **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. 1830.
- BRASIL. **Decreto nº 2884, de 01 de fevereiro de 1862**. Addita novas providencias ás do Decreto nº 158 de 7 de Maio de 1842. Poder Executivo Federal. 1862.
- Cruz da menina em Pombal - PB**. Pombal Informa. Pombal, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tz9JWqTud4g>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- DEL PRIORE, Mary. **Religião e Religiosidades no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1994.
- HALBWACHS. Maurice. **Os quadros sociais da memória e a memória coletiva**. Livraria Centauro: São Paulo, 2006.
- HOLBEIN, Hans.; MUNSTER. Sebastian. **Canibais do Brasil: os açougues de fries**. Faculdade de Ciências humanas da Colômbia. Medellín, 2009.
- JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e os santos do povo: devoções e manifestações da religiosidade popular**. 2004. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- MARTINS, Maria do Socorro F. Portal de uma história. In.: FARIAS, Maria da Piedade.; KEHRLE, Luis Carlos.; SOUSA, Verneck Abrantes de. **Inventário: Bens móveis e integrados da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pombal/PB**. João Pessoa: Mídia Gráfica, 2016.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade: História e desafios**. Ed. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2002.
- PARAHYBA DO NORTE, **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo presidente**, Exm. Sr. Doutor Esmerino Gomes Parente. Estrutura organizacional da cidade de Pombal. Março de 1877.

QUINTAS, Georgia. Antropofagia: as várias dimensões antropológicas. São Paulo: Fênix – **Revista de história e estudos culturais**, vol 5, 2008.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SÁEZ, Oscar Cavalia. **Fantasmas Falados**: mitos e mortos no campo religioso brasileiro. Ed. UNICAMP: Campinas, 1996.

SANTOS, José Ozildo dos. **Um caso de antropofagia em Pombal (1877)**. Pombal, 2013. Disponível em: <http://www.construindoahistoria.com.br/2013/06/um-caso-de-antropofagia-em-pombal-1877.html>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e Memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, p. 271-295. 2003.

SEIXAS, Wilson Nobrega. **Velho arraial de piranhas (Pombal)**. João Pessoa: novo centenário de sua elevação a cidade. Edição de 1962. A união.

SILVA, Wuendisy Fortunato da.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Sublimes virtudes em crise epidêmica: a epidemia de cólera na Paraíba e o discurso médico em instruções sanitárias populares de Antônio da Cruz Cordeiro (1862). v. 17, n. 1, 2016. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB.

SOUSA, Verneck Abrantes de. **A cruz da menina de pombal (Maria 1872 + 1877)**. Portal Clemildo Brunet. 2016. Disponível em: <https://clemildo-brunet.blogspot.com/2016/09/a-cruz-da-menina-de-pombal-maria-1872.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

SOUSA, Verneck Abrantes de. **Nossa história, nossa gente**: a cruz da menina de Pombal. Oton Amorim Gráfica: Pombal/PB, 2006.

SOUSA, Verneck Abrantes de. **Um olhar sobre Pombal Antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.

TEÓFILO, Rodolfo. **A saga de Jesuíno Brilhante**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.

ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

“ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA, O CRIME DE DONÁRIA DOS ANJOS – 1877”

(Trabalho de Conclusão de Curso de Gerteman Oliveira Alcântara)

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho (Orientador)

JUSTIFICATIVA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Em face da solicitação habitual do Comitê de Ética em Pesquisa desta Universidade, elaboramos este documento para justificar as razões pelas quais não julgamos necessário o cadastro de nosso projeto de pesquisa junto à Plataforma Brasil, visando aprovação nesse Comitê.

Apesar da prática corrente, sobretudo nas áreas relacionadas à saúde humana, de solicitar um parecer do Comitê de Ética para as pesquisas com seres humanos, devemos considerar as especificidades das Ciências Humanas, notadamente a História, que, na maioria das vezes, lida com seres humanos já falecidos e distanciados de nossa época por décadas, séculos e, até milênios. Nesse sentido, o estudo do passado possui dimensões éticas muito particulares, que mais falam de uma apropriação científica e responsável dos registros pretéritos do que de um manejo corporal de vidas ainda em curso. Dessa forma, urge a necessidade de estabelecermos uma especificação dessas demandas humanísticas nos quadros responsáveis pelos Comitês de Ética, atualmente elaborados em conformidade apenas com as demandas e procedimentos próprios à área da Saúde.

A despeito desse problema fundante dos Comitês, existem motivos práticos que nos levaram a tomar a decisão de não cadastrar nosso projeto, uma vez que trabalhamos com fontes, exclusivamente, autorais e públicas.

Com efeito, analisamos livros e artigos de periódicos publicados e disponibilizados à comunidade acadêmica. Esse tipo de publicação autoral é produzido, justamente, para ser pública, isto é, disponibilizada de maneira ampla e irrestrita. Não

acreditamos que, para a leitura de produções bibliográficas, precisamos de uma avaliação ética.

Outro conjunto de fontes aqui utilizado foram os Relatórios dos Presidentes de Província, constantes em site de consulta e acesso público. Essa documentação fora anteriormente digitalizada e encontra-se disponível na rede de internet e no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão, no Centro de Formação de Professores – UFCG (o que configura concordância com o que preconiza a Resolução 510/2016 do CNS em seu artigo 1º inciso V).

Portanto, esta pesquisa de TCC não tratou diretamente de seres humanos nem promoveu qualquer nível de interação pessoal, uma vez que os sujeitos históricos analisados faleceram há mais de 100 anos. Ao mesmo tempo, utilizamos como fontes históricas documentos bibliográficos e autorais, bem como fontes administrativas públicas, **liberadas pela atual lei federal de acesso à informação** e disponibilizadas na rede mundial de computadores (espaço livre e democrático por natureza).

Por essa razão, como é de costume no Curso de História, acreditamos não ter sido necessária a inscrição de nosso projeto no Comitê de Ética em Pesquisa.

Respeitosamente,


Osmar Luiz da Silva Filho
(SLAPE, nº 0337974)